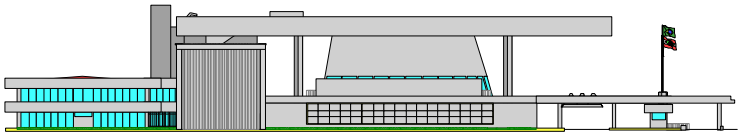
16ª Legislatura

ESTADO DE SANTA CATARINA

1ª Sessão Legislativa

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVII FLORIANÓPOLIS, 16 DE OUTUBRO DE 2007 NÚMERO 5.799

16ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia
PRESIDENTE
Clésio Salvaro
1º VICE-PRESIDENTE
Ana Paula Lima
2º VICE-PRESIDENTE
Rogério Mendonça
1º SECRETÁRIO
Valmir Comin
2º SECRETÁRIO
Dagomar Carneiro
3º SECRETÁRIO
Antônio Aguiar
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
João Henrique Blasi

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Kennedy Nunes

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Padre Pedro Baldissera

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO
Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grando

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira – Vice Presidente
Darci de Matos
Gelson Merísio
Pedro Uczai
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
João Henrique Blasi
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO
Reno Caramori – Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Serafim Venzon
Manoel Mota
Renato Hinnig
Onofre Santo Agostini
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Jailson Lima da Silva - Presidente
Odete de Jesus – Vice Presidente
Darci de Matos
Herneus de Nadal
Jandir Bellini
Jorginho Mello
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL
Moacir Sopelsa – Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Marcos Vieira
Gelson Merísio
Romildo Titon
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
Onofre Santo Agostini – Presidente
Joares Ponticelli – Vice Presidente
Dirceu Dresch
José Natal Pereira
Renato Hinnig
João Henrique Blasi
Professor Grando
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Jorginho Mello - Presidente
Gelson Merísio – Vice Presidente
Décio Góes
José Natal Pereira
Jandir Bellini
Manoel Mota
Renato Hinnig
Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
Dirceu Dresch - Presidente
Sargento Amauri Soares – Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Herneus de Nadal
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA
Silvio Dreveck – Presidente
Renato Hinnig – Vice Presidente
Ada de Luca
Elizeu Mattos
Marcos Vieira
Pedro Uczai
Professor Grando
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Décio Góes – Presidente
José Natal Pereira – Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Renato Hinnig
Reno Caramori
Professor Grando
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Genésio Goulart – Presidente
Jailson Lima da Silva – Vice Presidente
Edson Piriquito
Gelson Merísio
Kennedy Nunes
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMILIA E À MULHER
Ada de Luca - Presidente
Pedro Uczai – Vice Presidente
Genésio Goulart
Kennedy Nunes
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Darci de Matos - Presidente
Pedro Uczai – Vice Presidente
Ada de Luca
Manoel Mota
Jorginho Mello
Professor Grando
Silvio Dreveck
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL
Nilson Gonçalves – Presidente
Narcizo Parisotto – Vice Presidente
Ada de Luca
Jandir Bellini
Elizeu Mattos
Moacir Sopelsa
Jailson Lima da Silva
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
Odete de Jesus – Presidente
Kennedy Nunes – Vice Presidente
Jailson Lima da Silva
Moacir Sopelsa
Joares Ponticelli
Nilson Gonçalves
Onofre Santo Agostini
Romildo Titon
João Henrique Blasi

DIRETORIA LEGISLATIVA

Coordenadoria de Publicação: responsável pela digitação e/ou revisão dos Atos da Mesa Diretora e Publicações Diversas, diagramação, editoração, montagem e distribuição. Coordenador: Eder de Quadra Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia: responsável pela digitação e revisão das Atas das Sessões. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazzi

Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

EXPEDIENTE

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - **NÚMERO 1813**
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS

ÍNDICE

Plenário
Ata da 024ª Sessão Solene da 16ª realizada em 15/10/2007 às 9h 2
Ata da 025ª Sessão Solene da 16ª realizada em 15/10/2007 às 19h 6

Atos da Mesa
Atos da Mesa 8

Publicações Diversas
Audiência Pública....9
Portarias 11
Projetos de Lei....14
Projeto de Lei Complementar 16
Requerimento....20

P L E N Á R I O

ATA DA 024ª SESSÃO SOLENE DA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2007 ÀS 9H PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA COMEMORAÇÃO AO DIA DO PROFESSOR PROPOSIÇÃO DEPUTADA ODETE DE JESUS

SUMÁRIO

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Tece comentários sobre suas experiências como professora e parabeniza os professores pela passagem do Dia do Professor.
PROFESSOR ANTÔNIO ELISEO PASETO - Refere-se à importância da atividade do professor.
PROFESSORA VALÉRIA RECK - Relata sua experiência como aluna da deputada Odete de Jesus.
SECRETÁRIO SILVIO SNIECIKOVSKI - Refere-se à importância da educação.
SRA. CARMEM REJANE CELLA - Recita letra da música de Sara Brightman.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Convido o deputado Moacir Sopelsa e a deputada Odete de Jesus para conduzirem à mesa as autoridades que irão compô-la e que serão nominadas a seguir:

Professor Antônio Eliseo Paseto, diretor de ensino básico, que neste ato representa o secretário de estado da Educação, deputado Paulo Bauer;

Professor Silvio Sniecikovski, secretário da Educação do município de Joinville, que representa neste ato o prefeito Marco Antônio Tebaldi;

Senhor Ari César da Silva, gerente regional da Educação, da secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis.

Convidamos ainda para compor a mesa a deputada Odete de Jesus e o deputado Moacir Sopelsa.

Excelentíssimas autoridades, sras. deputadas, srs. deputados, senhoras, senhores, professores e professoras, a presente sessão solene foi convocada a requerimento da deputada Odete de Jesus e teve a aprovação de todos os deputados que compõem a Casa e visa homenagear os professores no transcurso do seu dia.

Neste momento, teremos a execução do Hino Nacional pela banda da Polícia Militar, sob a regência do subtenente Giovani Pacheco.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

Convidamos também para compor a mesa o deputado José Natal.

A Presidência registra a presença das seguintes autoridades:

Professor Vendelin Borguezon, diretor do Instituto Estadual de Educação de Florianópolis;

Professora Meri Terezinha de Melo Hang, secretária de Educação do município de São José;

Professor Pedro Pickler Dacorreggio, diretor da Escola Básica Getúlio Vargas;

Professora Benícia Maria Ternus, diretora da Escola Básica Professor Laércio Caldeira de Andrada;

Professora Terezinha Lisabeth Becker Coelho, diretora da Escola Pedro Vaz de Caminha, de Capoeiras, Florianópolis;

Professora Isabel Barreto, diretora da Escola de Ensino Fundamental Professora Antonieta de Barros;

Professor José Batista da Rosa, gerente de Educação do município de São José;

Professora Deni Rateke, gerente de Educação do município de Jaraguá do Sul;

Senhora Albertina Marques Rover, presidente da Apae de Alfredo Wagner;

Professora Eusa Maria Brasil, representando o Centro de Educação Profissional Jorge Lacerda;

Professora Silvana da Silva Barbosa, representando o Centro de Educação Infantil Espaço Encantado, de Joinville;

Professora Índia da Silva, representando a Escola de Educação Básica América Dutra Machado;

Professor Nivaldo Amaral, representando a Escola Presidente Castelo Branco;

Senhor Dionei Walter da Silva, ex-deputado estadual que, nesta Casa, representou o município e a região de Jaraguá do Sul;

Senhora Lídia de Fátima do Nascimento Dorigon, diretora da Escola Especial Esperança, do município de Alfredo Wagner;

Professora Nivalda Natália Cordeiro Bessa, diretora da Escola Tenente Almachio, de Florianópolis;

Professora Maria Alice Pereira, gerente de Educação da secretaria de Desenvolvimento Regional de Itajaí;

Professora Raquel Izolina Mazero Poffo, neste ato representando a Escola Reunidas Maria das Dores Cipriano;

Professora Alice Mary de Souza Andrade, diretora da Escola General José Vieira da Rosa, de Florianópolis;

Convido, neste momento, a deputada Odete de Jesus, autora do requerimento que ensejou a presente sessão solene, para fazer o seu pronunciamento.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Excelentíssimo sr. deputado Julio Garcia, presidente da Assembléia Legislativa;

Professor Antônio Eliseo Paseto, diretor de ensino básico, representando neste ato o secretário de estado da Educação, sr. Paulo Bauer;

Senhor Sílvio Sniecikovski, secretário de Educação do município de Joinville, neste ato representando o prefeito municipal Marco Antônio Tebaldi;

Excelentíssimo sr. deputado Moacir Sopelsa;

Senhor Ari César da Silva, gerente regional de educação da secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis;

Excelentíssimo sr. deputado José Natal;

Srs. professores, muito nos honra estar aqui neste dia 15 de outubro, prestando tão singela homenagem ao grande mestre, àquele que ensina, muitas vezes, deixando seus afazeres, seus problemas particulares, suas angústias e sai de casa com a missão de educar, de transformar um ser que muitas vezes não tem pai nem mãe, que é um órfão, e acolhe aquela criança com muito amor e carinho, não olhando se é filho de rico ou de pobre, pois recebeu a missão de ensinar com amor. Esse é o verdadeiro mestre! Ele é o referencial para a educação de gerações e também é um guia fundamental.

O professor sempre procura o melhor, sempre procura o bem e transmite com prazer e dedicação tudo aquilo que sabe. Ele tem um grande papel social, que é o de preparar e o de transformar seus alunos em seres humanos comprometidos com a família, com os bons costumes, com o tratamento respeitoso e solidário, enfim, para a sociedade que o espera. É com essa certeza que os pais entregam aquela criança, aquele jovem, com tanta confiança nas mãos dos professores. Não há maior satisfação para o professor do que alcançar seu objetivo, ou seja, quando vai avaliar aquela criança e vê que valeu à pena fazer tudo o que fez com dedicação e carinho. Aquela criança foi fruto do seu trabalho!

Sinto saudade, muita saudade do meu tempo de menina, pois a minha professora de 1ª série deixou boas lembranças. Nós, alunos, nunca esquecemos o bom professor. Lembro quando chegava perto da minha professora, que era muito carinhosa, querida e amada, e sentia o perfume dela. Aquela minha mestra, que não sei se está viva ou não, deixou marcas.

Segui os exemplos dos meus professores, que foram todos muito bons. Para os pais, no meu tempo, ter um filho professor era a maior dádiva, pois o professor era muito valorizado. A minha mãe dizia: "Minha filha, você vai ser professora!" E olhando os bons exemplos dos meus professores, que me ensinavam com tanto carinho, quis ser também professora.

A minha primeira escola foi a Matos Costa. Lembro que eu pegava o ônibus às 6h30min, e tinha que acordar às 5h da manhã. Lecionei também no colégio Dom Daniel Hostin, e depois fui professora ACT. Trabalhava com o regime de 20 horas/aula; e logo a minha diretora, Marli Fontes Lemos - nunca esquecerei minha primeira diretora - disse: "Odete, está vindo uma valorização e vocês vão passar para 40 horas/aula". Que maravilha, já fomos valorizadas, pensei! Depois fiz um concurso público e fui lotada lá no Colégio João Santo Damo, em Caçador. Nunca vou esquecer uma pessoa que me incentivou muito quando fui escolher minhas aulas, o professor Paseto.

Depois que fui lotada no colégio João Santo Damo, com as minhas 40 horas/aula, o professor Antônio Eliseo Paseto me convidou para trabalhar no Colégio Estadual Paulo Schiffer, o maior colégio estadual de Caçador, onde ele foi meu diretor, um excelente profissional e uma pessoa maravilhosa. A sua esposa, Idanir Paseto, pessoa maravilhosa e minha colega, também nos honra com sua presença.

Que saudade! Sinto saudades do tempo em que lecionava. Minha carga horária era de 60 horas/aula. Trabalhava durante o dia da 5ª a 8ª série e com o 2º grau à tarde e à noite. Lecionava no colégio municipal em Caçador, e numa escola particular. Hoje em dia o professor tem que trabalhar três vezes mais para conseguir sobrevir e levar o sustento para a família.

Tenho fé. Creio na justiça divina. Às vezes a justiça da terra é falha. Quem não erra? Tivemos um juiz, o Lalau, que foi condenado, é um ladrão, um bandido. Estou falando do juiz Lalau! Às vezes a justiça da terra falha, mas creio na justiça de Deus, que está sempre nos olhando e dias melhores virão para a classe dos professores, porque eles merecem respeito. Os professores estão ansiosos, aguardando um plano de carreira, cargos e salários. Os professores querem seus direitos adquiridos preservados. É isso que eles querem!

Hoje estamos aqui para parabenizá-los e para refletir sobre a classe. Tive e tenho muitas alegrias com essa profissão. E vejo aqui na minha frente uma ex-aluna do Colégio Estadual Paulo Schiffer, a Valéria Recck, que hoje é professora. Quando nascemos para ensinar, mesmo ganhando pouco, somos perseverantes porque é uma missão, é um dom que Deus nos dá. E uma vez sendo professor, continuaremos ensinando a vida inteira.

Que Deus abençoe todos os professores aqui presentes; os professores aposentados, que já contribuíram muito; os professores que estão chegando agora, enfim, todos os mestres. Um abraço a todos e parabéns pelo nosso dia!

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Para dar seqüência à sessão solene, em homenagem a ela que é professora e autora do requerimento que ensejou esta sessão, passo a Presidência dos trabalhos à deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Quero agradecer do fundo do coração ao nosso presidente, deputado Julio Garcia, que tem honrado esta Casa. É uma pessoa amiga de todo o povo catarinense.

Quero registrar as presenças dos seguintes professores:

Sara Líbera Crema Corrêa, representando o Centro de Educação Infantil Bem-Te-Vi, de Florianópolis;

Jovelina Farias, representando neste ato a Escola Aníbal Nunes Pires;

Matilde Silveira de Almeida, diretora da Escola Profissional de Campinas, São José;

Maria Aparecida Martins Cardoso Agostinho, diretora do Centro Educacional Municipal Escola do Mar, Serraria, São José.

Convido a mestre-de-cerimônias - Soraia Marçal Boabaid, para dar continuidade à sessão.

A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Soraia Boabaid) - Bom-dia!

Neste momento, fará uso da palavra o professor Antônio Eliseo Paseto, diretor de ensino básico.

O SR. PROFESSOR ANTÔNIO ELISEO PASETO - Excelentíssima sra. deputada Odete de Jesus, neste ato presidindo a sessão solene em homenagem aos professores e ao dia do professor; sr. professor Silvio Sniecikovski, permita dizer amigo, secretário municipal de Educação de Joinville, e em seu nome também homenagear os demais professores da rede municipal que se encontram nesta Casa; srs. deputados aqui presentes; gerentes regionais de Educação; gerentes da secretaria de estado da Educação; coordenadores e assessores desta secretaria, particularmente da diretoria de Educação Básica que eu represento; demais professores e professoras que honram a si próprios e a toda categoria de professores das diferentes redes públicas e privadas do estado de Santa Catarina.

Nesta homenagem para a qual todos os senhores e eu fomos convidados para prestigiar a educação de Santa Catarina, para prestigiar a escola, para prestigiar o papel e, sobretudo, a função social que nós, professores, representamos enquanto profissionais da educação, quero fazer um momento de engrandecimento e de reconhecimento a quem faz da educação a sua profissão sistematicamente desenvolvida, como buscamos todos nós fazê-lo, deputada Odete de Jesus.

Por isso mesmo, quero falar desses dois lugares que ocupo, como professor da Universidade do Estado de Santa Catarina, a qual tenho a honra de integrar como docente e, neste momento, o de diretor de educação básica da secretaria de estado da Educação, cujo ônus se soma a este de ser professor, uma vez que me chamaram para exercer temporariamente esta função. E destas duas funções, de professor e de diretor, quero falar, sobretudo, daquilo que estou convencido, nem tanto do que me ensinaram ao longo da vida, mas das minhas convicções em torno da atuação de ser e de fazer professores e educadores.

Neste sentido, eu destaco, em primeiro plano, a profissão de professor. Professor é aquele que professa. Daí que vem do ato de professar a profissão de ser professor. E professar aqui é professar a busca da verdade, não é professar uma determinada verdade; professar a busca do conhecimento, não professar o seu conhecimento. E professar a busca da verdade, a busca do conhecimento é professar a aprendizagem, é professar o direito à pergunta, à curiosidade, à dúvida, à pesquisa.

Este é o significado da profissão professor. A dimensão de ser professor é a dimensão mais pública das profissões, exatamente porque vai ao intrínseco do ser humano, ao sujeito, à sociedade, à comunidade e às suas instituições. Por isso mesmo que é uma função eminentemente pública. Independentemente de ser estatal, o que vale é que ela é pública.

Em função de sujeitos e de comunidades, que buscamos valores universais, por isso somos públicos, porque somos universais. E esses valores universais, meus amigos, centrados no sujeito e na comunidade, são os valores intrínsecos a todos nós: o valor à vida; o valor do vir a ser humano, já que ninguém nasce ser humano plenamente constituído, mas é um tornar-se humano a vida inteira; o valor do estar historicamente situado, de contribuir e intervir neste contexto em que vivemos e fazemos história; o valor à diversidade; o valor da convivialidade; o valor da alteridade, o valor da comunicação. Isso é intrínseco ao ser humano e nós, da profissão professor, educador, temos isso muito presente e nos move à ação de ser professor.

Mais do que conhecer, busca-se o conhecimento. Ao invés da autoridade do argumento que supõe deter cargos, o professor se sustenta no argumento da autoridade. A autoridade do argumento avaliza a nossa função, porque é por meio do argumentar, do fundamentar, do analisar, do buscar incessantemente o que não encontra, mas está a caminho, que é o conhecimento e a verdade, que construímos aprendizagens e conhecimentos sempre novos, sempre mais ampliados, sempre diversificados e sempre contextualizados. O professor é, portanto, aquele que cultiva os valores.

Vou me utilizar de um professor, um dos últimos que tive na minha carreira enquanto estudante, sobretudo no meu mestrado e doutorado no Rio de Janeiro, professor Newton Sucupira, recentemente falecido e criador da pós-graduação no Brasil, para ter dele duas lições de valor nessa caminhada que cada um de nós, ao longo da sua história, teve e terá. Ele afirmava que escola e professor não são púlpitos como este em que me encontro agora.

Púlpito em escola não pode existir, isto é, professor que prega, que doutrina, que defende uma determinada religião ou ideologia não é um professor público. Sala de aula não é púlpito! Sala de aula também não é cátedra, segundo o professor Newton Sucupira. Isto é, do lugar onde se afirma a verdade, onde se defende determinada teoria ou verdade como únicas e definitivas, não! Sala de aula é o lugar da troca dos conhecimentos, dos saberes, das experiências, do valorizar os saberes, os conhecimentos, as experiências que todos trazem. E assim são estudantes, professores e todos quantos passam pela escola.

Muito mais não sabem o que sabem do que defendem o seu saber! Este é o espaço público de ser e fazer ser professor. Esta é, senhores, a função mais nobre e relevante dos que professam a profissão de ser professor: contribuir para a construção de liberdades humanas por meio da aprendizagem e do conhecimento.

Eu quero, antes de encerrar, ainda manifestar que está claro para nós, da secretaria de estado da Educação, mesmo que eu esteja nesta instituição há apenas dois meses, que para os próximos anos novas situações, promissoras situações provavelmente virão para nós professores e para a escola, essa escola pública a qual nos dedicamos por profissão.

Vislumbram-se novas situações para melhorar esse quadro de situações de gente que, ao longo da história, nunca nos foi tão favorável enquanto pessoas e profissionais, mas enquanto sociedade que ainda não colocou a escola em primeiro plano, não colocou a educação no seu devido lugar.

Eu quero concluir esta minha manifestação fazendo um apelo às autoridades do Poder Legislativo, já que estamos nesta Casa, e às do Poder Executivo, que neste momento também faço parte, no sentido de que é imprescindível dar melhores condições, fortalecer a autoridade do professor, sobretudo, porque ele trabalha com o argumento, com a autoridade do argumento, talvez nem tenha o argumento da autoridade.

Portanto, é imprescindível que não se trate mais a escola, a educação, o professor por recortes, por loteamento, por segmentação partidária e até mesmo de forma ideológica, circunscrevendo escola, professor, educação a mandatos legislativos e executivos, circunscrevendo a interesses e a domínios dos que detêm autoridade, mas não detêm o argumento, que não se valham sobretudo da educação como autoridade, educação como criadora e autora dos espaços sociais a partir do sujeito.

Enquanto a educação não transcender mandatos, enganam-se aqueles que acham que estão efetivamente contribuindo para uma verdadeira educação.

Outros países já escreveram essa missão e muitos já aprenderam, que é a de que educação não tem mandato, que dirigentes educacionais e a profissão de educador não podem estar vinculadas, restritas, reduzidas a determinadas circunstâncias dos poderes constituídos. Ela transcende essas limitações porque seu valor é universal, no âmbito da globalidade de universo e no âmbito de cada sujeito.

Sra. deputada Odete de Jesus, eu quero concluir também rememorando o meu primeiro professor, com quem falei ontem e que não pôde participar desta sessão, mas que disse que teria muito interesse e muita satisfação em estar aqui presente. Ele se chama Domingos Bratti. Mora em Grão Pará, no sul do estado, de onde eu também procedo porque lá nasci.

Vou ler não páginas de currículo como todos nós temos. Falando com ele, com os seus filhos, encontrei quatro parágrafos para falar sobre a biografia de um profissional de educação, aposentado que é hoje.

O professor Domingos Bratti, a quem quero tornar pública esta homenagem, justificou não poder estar aqui porque seus filhos trabalham hoje, pois é segunda-feira.

(Passa a ler.)

"Domingos Bratti nasceu em 5 de janeiro de 1929, na localidade de Rio Pinheiro, município de Orleans, no sul de Santa Catarina.

Fez seus estudos em Orleans e em São Ludgero concluiu o curso Normal Regional, considerado o nível mais elevado de estudos para a formação de professores naquela época.

Trabalhou, inicialmente, quatro anos na Escola Municipal da localidade de Serraria, também no município de Orleans. E em 1957 foi morar na casa de meus pais, onde assumiu a Escola Isolada Rural de uma localidade chamada Ilha Grande, no interior de Grão Pará. E nessa localidade morou conosco por muitos anos e foi o professor único, unidocente naquela escola, que me orgulha muito por lá ter passado os meus primeiros quatro anos de estudante. São marcantes ainda hoje aquelas lições daquela época tanto de convivência em casa quanto na sala de aula."

Um professor homem, não mulher, um pouco estranho para aquela época e para a escola primária, mas com aquela segurança, aquela clareza, aquela linguagem falada e escrita rigorosamente correta para aquela época na escola primária, no interior, que me faz lembrar um pouco Timor Leste, onde trabalhei por dois anos, onde é difícil de encontrar no mapa, mas lá tínhamos esse professor.

Os meus pais, analfabetos, o abrigaram por anos consecutivos. E os meus pais faleceram analfabetos, mas o valor dado por ter abrigado um professor e de ter oportunidade de seus filhos estudarem lá inicialmente e pelo mundo afora depois faz o diferencial das pessoas que nem sempre precisam ter longos e longos anos de estudos, bastam ter a sensibilidade para o valor às pessoas e o valor da busca do conhecimento e da aprendizagem.

Faço este registro com muito orgulho, porque é uma maneira também de me congratular e de reconhecer o trabalho de todos os professores do estado de Santa Catarina.

Parabéns a todos!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Soraia Boabaid) - Registro a presença do excelentíssimo deputado Professor Grando e também da professora Helen Prim, chefe-de-gabinete, neste ato representando o reitor do Centro Universitário de São José, excelentíssimo sr. Telmo Vieira.

Convido, neste momento, para fazer uso da palavra a professora Valéria Reck, ex-aluna da sra. deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Convido o meu colega, deputado Professor Grando, para fazer parte da mesa.

A SRA. VALÉRIA RECK - Bom-dia a todos! Cumprimentando a excelentíssima deputada Odete de Jesus, cumprimento os demais senhores que fazem parte da mesa, os telespectadores da TVAL, os ouvintes da Rádio Alesc Digital e também os demais presentes.

Hoje é um dia de comemoração para os professores. A maioria deles adora histórias que começam com "era uma vez", por dois motivos: porque gostam de contar histórias e porque sempre os seus alunos começam as histórias com esse termo.

Então, temos um elo com esse início de histórias.

Vou contar uma pequena história começando também com "era uma vez".

(Passa a ler.)

"Era uma vez uma jovem na tenra idade, na idade das curiosidades, das descobertas, começando sua caminhada na trilha do conhecimento de si mesma e do mundo.

Era jovem, era eu iniciando minha caminhada, meu conhecimento na arte de viver, pois viver é uma arte, e foi aí que encontrei um verdadeiro baluarte.

Professora Odete, mulher decidida, firme, amiga, inteligente e sonhadora, pessoa ideal para entender aqueles adolescentes que, como eu, tinham sede de saber e anseio em desvendar novos horizontes e muitos sonhos, assim como você, professora Odete.

Mulher que compreendeu que o amor de Deus em sua dimensão feminina traz a grandeza da responsabilidade de oferecer ao mundo os valores da intuição, da sensibilidade, da força, da entrega e do amor incondicional.

Foram seis anos de aprendizado e de vivências, em cada texto lido com você, em cada planeta estudado, em cada mapa desenhado havia a busca pela perfeição, mas todo esse processo era também regado com explicações, carinho, auxílios, correções e também muitos elogios.

Lembro-me ainda de quando o sinal tocava e você despontava no pátio do colégio Paulo Schiffer, com elegância, altivez e segurança. Tudo isso fez com que você se tornasse um exemplo a ser seguido. Era tanta a confiança que eu depositava em você que também me tornei professora e hoje estou aqui tentando dizer o bem que você me fez.

Sua história mostrou-me ainda que é possível sonhar e fazer planos e ainda ter energia suficiente para realizá-los ultrapassando todos os obstáculos. Mostrou-me também, que é possível viver apaixonadamente, acreditando que o trabalho docente pode criar e recriar vidas. Enfim, você professora veio ao mundo para mostrar que com entusiasmo e coragem é possível seguir em frente e que todo desafio é mais um convite à luta, a luta pelo bem e para o bem de todos.

Parabéns pelo desprendimento e disposição em tentar sempre e começar de novo, sendo esse exemplo de profissional e de mulher que você é."

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Soraia Boabaid) - Dando continuidade à sessão solene, fará uso da palavra o sr. Silvio Sniecikovski, secretário da Educação, de Joinville, neste ato representando o prefeito.

O SR. SILVIO SNIECIKOVSKI - Na minha seqüência de vida fui professor, fui diretor, fui secretário de estado da Educação e hoje sou secretário da Educação de Joinville.

Nesta minha seqüência de vida realizei-me efetivamente como professor, porque como professor dependia exclusivamente da minha pessoa, do meu esforço, do preparo das aulas e dependia do meu relacionamento com os alunos, que sempre foi muito bom.

A partir do momento em que, nas minhas funções, galguei a chefia também tive satisfações, só que na seqüência da vida dependemos de muitas pessoas e nem sempre atingimos a meta, o objetivo como se atinge na sala de aula.

A educação é a base, é o alicerce, tudo o mais é conseqüência. A missão da educação é preparar as pessoas para enfrentar os desafios da vida, e esse preparar a missão se faz pela conquista de conhecimentos, de valores comportamentais que são a base para a futura preparação para o trabalho.

A missão da educação se faz pela conquista do saber conhecer, do saber fazer, do saber ser e do saber conviver.

Na escola, a educação se processa quando se tem instalações físicas adequadas, atrativas; quando se tem programas que preparam o aluno para o hoje e para o amanhã e quando se tem pais participando da escola, mas a grande essência são os profissionais da educação, e dentre os profissionais o professor, e a educação vence quando o professor e os profissionais cumprem a sua missão com competência, com o coração e com o comprometimento.

Parabéns, deputada, por esta sessão, por esta iniciativa. Cumprimento todos os deputados e os demais presentes.

Parabéns, professor! Deus os abençoe na continuidade da caminhada da vida.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Soraia Boabaid) - Neste momento a sra. deputada Odete de Jesus presta homenagem, em nome da Assembléia Legislativa, a todos os professores, representados pelos seguintes educadores:

Convido o professor Vendelin Santo Borguezon, neste ato representando o Instituto Estadual de Educação, para receber a homenagem.

(Procede-se à entrega do diploma.)

(Palmas)

Convido, em nome da Escola Básica Municipal Maria Luiza de Melo, a professora Lurdes Agostini, para receber a homenagem.

(Procede-se à entrega do diploma.)

(Palmas)

Convido a professora Silvana da Silva Barbosa, representando o Centro Educacional Infantil Espaço Encantado, para receber a homenagem.

(Procede-se à entrega do diploma.)

(Palmas)

Neste momento o professor Antônio Eliseo Paseto, receberá homenagem em nome do seu professor Domingos Bratti, professor na década de 50, hoje aposentado, que por motivo de força maior não pôde estar presente.

(Procede-se à entrega do diploma.)

(Palmas)

Em seqüência, convido a engenheira Carmem Rejane Cella para declamar um poema.

A SRA. CARMEM REJANE CELLA - Bom-dia! Cumprimentando a deputada Odete de Jesus, cumprimento toda a mesa e os demais colegas, porque antes de ser engenheira fui professora da rede pública. Hoje estou na função de analista técnica de gestão educacional junto à educação básica com o professor Antônio Eliseo Paseto.

Falar de professor é muito difícil, e ao mesmo tempo é fácil quando se tem amor no coração, porque nós somos os primeiros educadores dos nossos filhos, dos nossos sobrinhos, que também é um ato de amor e de educação.

Eu me permito, com a permissão dos nobres colegas aqui presentes e dos que nos assistem pela mídia, que nos faz alcançar os mais recônditos lugares, fazer uma grande homenagem à minha mãe, professora da rede pública estadual, aposentada após 42 anos de efetivo exercício em sala de aula.

Então, eu escolhi algumas palavras para falar sobre o mestre, pois falar do que somos, todos nós sabemos.

Queremos, deputada Odete de Jesus - a senhora que além de professora e mãe, também é uma pessoa preocupada com as causas sociais -, que nesta Casa a senhora seja nossa porta-voz nas causas da educação, para que essas faixas realmente não sejam mais faixas, mas que de fato estejam no dia-a-dia.

Então eu vou colocar algumas palavras em homenagem, e escolhi uma música da Sara Brightman, sobre o caminho, esse caminho que nós percorremos:

(Passa a ler.)

"A vida é feita de caminhos, caminhos que levam, caminhos que trazem sonhos, alegrias, tristezas, amores, esperanças.

De qualquer forma, nada vem ou vai sem caminho. O caminho é parte integrante de nossas vidas. Até antes mesmo da concepção já buscávamos percorrer esses caminhos.

Nossos primeiros passos foram treinados e aperfeiçoados para conquistar caminhos. Alguns fazem bom proveito do caminho, outros se perdem pelo caminho. Uns tiveram tudo para caminhar, outros, muitas dificuldades para chegar.

Um dia deixaremos de ser parte do caminho e chegaremos ao ponto final. Certamente fomos feitos para abrir caminhos, romper barreiras, ultrapassar limites e vencer.

Para chegar a lugares que ainda não estivemos será preciso passar por caminhos pelos quais ainda não passamos (Mahatma Gandhi).

Hoje, neste dia tão especial, se eu pudesse deixar algum presente a você, deixaria aceso o sentimento de amor à vida dos seres humanos, a consciência de aprender tudo o que nos foi ensinado pelo tempo afora.

Lembraria os erros que foram cometidos como sinais para que não mais se repetissem, pois a capacidade de escolher novos rumos deixaria para você, se pudesse, o respeito, àquilo que é indispensável, além do pão, o trabalho e a ação. E quando tudo mais faltasse para você eu deixaria, se pudesse, um segredo: o de buscar no interior de si mesmo a resposta para encontrar a saída (Mahatma Gandhi).

Muito obrigada!

Colegas professores, parabéns por este dia!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Soraia Boabaid) - Convido a diretora Lídia de Fátima Nascimento Dorigon para receber a homenagem em nome da Apae de Alfredo Wagner.

Convido o deputado Professor Grando para proceder à entrega da homenagem.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido todos para, de pé, ouvirmos o Hino de Santa Catarina, executado pela banda da Polícia Militar, sob a regência do subtenente Giovani Pacheco.

(Procede-se a execução do Hino de Santa Catarina.)

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa, e a todos que nos honraram com o seu comparecimento.

Convidamos todos para, no *hall* deste Poder, participarem de um delicioso coquetel em homenagem a todos os senhores.

A Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para hoje, às 19h, em comemoração aos 25 anos da TV Barriga Verde.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 025ª SESSÃO SOLENE DA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2007 ÀS 19H PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA COMEMORAÇÃO DOS 25 ANOS DA TV BARRIGA VERDE PROPOSIÇÃO DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR

SUMÁRIO

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Parabeniza a TVBV pelos 25 anos e discorre sobre as suas atividades ao longo do tempo na área da comunicação e na área social.
DEPUTADO JOSÉ NATAL - Ressalta que a TV Barriga Verde é um exemplo na divulgação da cultura das diferentes regiões do estado.
SAUL BRANDALISE JÚNIOR - Discorre sobre a luta à frente da empresa para torná-la uma grande empresa no ramo da comunicação em Santa Catarina.
VICE-GOVERNADOR LEONEL PAVAN - Refere-se à importância da TVBV para a população de Santa Catarina e o seu trabalho de inclusão social.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) -Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Convido os srs. deputados Cesar Souza Júnior e José Natal para conduzirem à mesa as excelentíssimas autoridades que irão compô-la e que serão nominadas a seguir:

Excelentíssimo conselheiro José Carlos Pacheco, presidente do Tribunal de Contas do estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. Saul Brandalise Júnior, presidente do Conselho da Central Barriga Verde de Comunicação;

Excelentíssimo sr. Waltoir Menegotto, que neste ato representa a OAB de Santa Catarina.

Compõem também a mesa os deputados José Natal e Cesar Souza Júnior, que é o autor do requerimento que ensejou a presente sessão solene.

Excelentíssimas autoridades, senhoras, senhores, dirigentes e funcionários da TVBV, a presente sessão foi convocada a requerimento do deputado Cesar Souza Júnior, que teve a aprovação unânime de todos os deputados que compõem esta Casa. A sessão visa homenagear a TV Barriga Verde pelo transcurso dos seus 25 anos de fundação.

Convidamos todos para, de pé, ouvirmos o Hino Nacional, interpretado pelo coral da Assembléia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

A Presidência registra ainda as seguintes presenças:

Excelentíssimo conselheiro Salomão Ribas Junior, do Tribunal de Contas do estado de Santa Catarina;

Deputados Jorginho Mello, Moacir Sopelsa, Renato Hinnig e ex-deputado Cesar Souza;

Sr. Silvio Fortini, diretor do Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão do estado de Santa Catarina;

Sr. Vanderlei Peretti, presidente da TV Barriga Verde.

Neste momento, convido para fazer uso da palavra o eminente deputado Cesar Souza Júnior, que é o autor do requerimento que ensejou a presente sessão solene.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Excelentíssimo sr. deputado Julio Garcia, digníssimo presidente da Assembléia Legislativa do estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. conselheiro José Carlos Pacheco, digníssimo presidente do Tribunal de Contas do estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. Saul Brandalise Júnior, digníssimo presidente do Conselho da Central Barriga Verde de Comunicação;

Excelentíssimo sr. Waltoir Menegotto, neste ato representando a OAB/SC;

Cumprimentando o deputado José Natal, eu cumprimento a todos os demais parlamentares, os ex-parlamentares e autoridades presentes nesta sessão.

(Passa a ler.)

"Gostaria, inicialmente, de agradecer ao presidente deste Poder Legislativo catarinense, deputado Julio Garcia, e os demais representantes do povo de Santa Catarina pelo acolhimento do requerimento deste deputado em homenagem aos 25 anos de atividades da TV Barriga Verde.

Neste primeiro quarto de século que completa hoje a nossa TVBV, já é longa a relação de feitos desse grupo de comunicação em favor do nosso estado. De 1982 até hoje a TV Barriga Verde afirmou-se catarinense já no nome que evoca a Guerra do Contestado. E é bem-vinda essa inspiração, já que a atuação da TVBV tem sido uma verdadeira batalha em favor dos valores que forjam a própria essência de Santa Catarina: ética, trabalho, espírito público e valorização da imensa diversidade cultural catarinense.

São: uma emissora de TV com centenas de repetidoras, uma produtora de vídeo e 14 emissoras de rádio a favor do desenvolvimento do povo catarinense.

Em sua programação de rádio e TV, destaca-se o valor à informação local, comunicando sobre o que nos cerca. A explosão midiática em todo o mundo nos traz a informação de qualquer lugar ao alcance das digitais, ao alcance de um toque. Mas o risco é a alienação do que ocorre ao lado da nossa casa, no colégio dos nossos filhos, na maternidade em que nascemos, dada a força econômica dos grandes veículos nacionais e internacionais.

Sr. presidente e srs. deputados, neste ponto a TVBV vem-se destacando em gerar a base da cidadania, que é informação de qualidade. Além de informar, é fundamental abrir espaço e propagar os movimentos culturais catarinenses: a nossa música, o nosso teatro, o nosso esporte, as nossas festas, enfim, o jeito catarinense de ser e de fazer. E esse papel a TVBV vem cumprindo com incansável disposição e tenaz determinação.

Mas o que eu gostaria de destacar esta noite, sr. Saul Brandalise Júnior, srs. deputados, é que, para além do que seria a sua atividade fim como veículo de comunicação, além de pagar impostos, gerar empregos e desenvolvimento como empresa responsável socialmente, o grupo Barriga Verde atua com força na área social, através do projeto Sou do Bem, que leva serviços e cidadania aos que mais precisam em todo o estado de Santa Catarina.

Foram milhares de atendimentos em várias cidades, projeto esse que emociona e conta com a dedicação de toda a diretoria e funcionários da empresa, muitos dos quais aqui presentes nesta noite.

Emissora de comunicação é, sim, concessão de serviço público, e com espírito público deve ser gerenciada. Mas sem solidez econômica não se cresce, não se investe, compromete-se a independência.

É por isso que devem ser vistas com cuidado recentes ações políticas que falam em revisões governamentais e maiores controles estatais dos veículos de comunicação. O papel de imprensa não é lançar loas aos governantes de plantão, e sim mostrar o que está errado, cobrar ações, dar voz à comunidade, lógico que sempre com isenção e boa técnica jornalística. Mas isso incomoda alguns, e tem mesmo é que incomodar. Há ainda os que pensam como Lenin, o fundador da ditadura soviética, que certa vez disse: 'Por que deveríamos aceitar a liberdade de expressão e da imprensa? Por que deveria um governo, que está fazendo o que acredita ser certo, permitir que o critiquem? O governo não admite a oposição de armas letais, mas idéias são muito mais letais do que armas'. Quem tem que controlar o veículo de comunicação é a sociedade e a lei. Não deixa saudades o tempo de censuras, mas, se não formos vigilantes, não faltará os que, inconformados e incomodados, sigam impulsos totalitários.

Prefiro lembrar a memorável citação do poeta e filósofo inglês John Milton, que ainda no século XV afirmava: 'Se coubesse a mim decidir se precisamos de um governo sem imprensa ou de imprensa sem governo, não hesitaria em escolher a segunda situação. Dai-me liberdade para saber, dai-me liberdade para falar e para discutir livremente de acordo com a consciência acima de todas as liberdades'.

Sr. presidente, srs. deputados, funcionários da TVBV, funcionários desta Casa e todos que vêem pela TVAL, o trabalho da TVBV é hoje homenageado pela Casa dos representantes democráticos do povo de Santa Catarina que nesta noite diz: obrigado pelos relevantes serviços, obrigado diretores, apresentadores, jornalistas, equipe técnica, produtores, motoristas, câmeras, pessoal dos serviços gerais, pessoal do administrativo, pessoal do comercial, enfim, obrigado a todos vocês!

Mas não ficamos por aqui. É hora de dizer também que precisamos de vocês, a democracia precisa de uma TVBV mais forte ainda para crescer com Santa Catarina pelos próximos 25 anos e para as futuras gerações."

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência registra também a presença do sr. Everson Junguero, representando a Acaert.

Convido, neste momento, para fazer uso da palavra, o deputado estadual José Natal.

Antes, porém, chamo para compor a mesa, posto que acabou de chegar, o sr. vice-governador, Leonel Pavan.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Quero cumprimentar o presidente Julio Garcia e o vice-governador Leonel Pavan e, ao cumprimentá-los, eu cumprimento os demais membros da mesa, o autor do requerimento, deputado Cesar Souza Júnior. Com certeza absoluta, a sociedade de Santa Catarina e esse corpo de funcionários e colaboradores estão felizes, neste momento, com a proposta aprovada soberanamente por este Plenário e por v.exa.

A TVBV é uma referência em televisão em Santa Catarina para o nosso povo. Nós, muito antes de conhecermos alguns outros canais de televisão, já conhecíamos a TVBV, que é a televisão que se identifica realmente com o povo de Santa Catarina.

E nesta noite quero me congratular com todos aqueles que, a cada dia que passa, colaboram mais ainda para o fortalecimento dessa empresa. E com certeza absoluta, como diz o programa por ela apresentado, *Nossa Terra Nossa Gente*, é a televisão que mostra o nosso estado em todas as dimensões.

Parabenizo o diretor Saul Brandalise Júnior, a sua equipe e os seus colaboradores.

Que esses 25 anos que se passaram, com certeza absoluta sirvam de alicerce para cada vez mais os senhores terem força e ânimo para fazer da imprensa o canal de democracia que este país tanto precisa e que cada vez mais vem-se solidificando, graças a vocês que são vigilantes da sociedade brasileira.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Convido os srs. deputados, Cesar Souza Júnior, José Natal e Jorginho Mello, para fazer a entrega de uma placa, em nome do Parlamento catarinense, em homenagem à TV Barriga Verde pela passagem dos seus 25 anos de atividades pautadas pela isenção, pelo profissionalismo e pela responsabilidade social.

Convido o sr. Saul Brandalise Júnior, presidente do conselho da Central Barriga Verde de Comunicação para receber a homenagem.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Convido o dr. Saul Brandalise Júnior para fazer uso da palavra.

O SR. SAUL BRANDALISE JÚNIOR - Excelentísismo sr. deputado Julio Garcia, presidente da Assembléia Legislativa do meu estado;

Excelentíssimo sr. Leonel Pavan, vice-governador do estado, neste ato representando o sr. governador Luiz Henrique da Silveira;

Excelentíssimo sr. conselheiro José Carlos Pacheco, presidente do Tribunal de Contas do estado de Santa Catarina;

Dr. Waltoir Menegotto, neste ato representando a OAB do meu estado;

Excelentíssimo sr. deputado Cesar Souza Júnior, autor do requerimento que ensejou a presente sessão solene;

Demais autoridades presentes, meus caros amigos e amigas com quem tenho a honra de dividir o trabalho da Central Barriga Verde, preciso fazer um esforço enorme para que a emoção desse momento não estrague o meu pronunciamento, porque efetivamente, meu amigos, sr. deputado Julio Garcia, são 25 anos onde tivemos a oportunidade de acompanhar cada momento importante.

Lembro-me quando tudo começou. Foi um dia em que o Roberto Amaral chegou à Videira com uma pasta executiva. E dentro dela a autorização para a exploração de um canal de televisão em Lages, naquela época TV Planalto . Junto com o Roberto, trilhamos um caminho que começou em Porto Alegre na antiga TV Guaíba. Tivemos o privilégio, a honra e o prazer de criarmos, no Brasil, o Sistema Brasileiro de Televisão. Foi na época em que o Silvio Santos tinha sido agraciado com as concessões. E lá tínhamos três produtos: Programa Silvio Santos, a TVS e o Sistema Brasileiro de Televisão. Muito fizemos por ele porque, naquela época, às nossas costas tinha nada mais nada menos do que uma Perdigão.

O tempo passou e, como os senhores sabem, de Lages e de Videira não se faz nada, tudo acontece em Florianópolis. Lembro-me bem quando saímos de Videira e fomos a Curitiba falar com o dr. Mário Petrelli, para conseguirmos negociar a autorização de um canal de televisão em Florianópolis e de um canal de exploração de uma rádio de freqüência modulada.

Então, eu preciso, neste exato momento, abraçar o Roberto Amaral, com quem tive a honra de dividir grandes momentos da comunicação de Santa Catarina e o dr. Mário Petrelli, porque se ele tivesse dito não, nós não estaríamos aqui. Vejam como o mundo é bom, dr. Mário, pois hoje o senhor está à frente do Sistema Brasileiro de Televisão, que é o ícone da comunicação do nosso estado.

Quis o destino que eu começasse e que me afastasse, dando espaço a outras pessoas da minha família, e que depois retornasse numa situação não muito favorável. Quando chegamos, tínhamos a nossa frente uma verdadeira batalha. Uma empresa praticamente falida, que não conseguia pagar as suas contas e ainda com uma verdadeira propagação de difamação do nosso nome. Mas disse ao Paulo Velloso, naquela oportunidade - e o senhor se lembra disso, meu amigo -, que o tempo era nosso aliado. Quando estamos certos não precisamos temer nada. Hoje estamos aqui.

Preciso, antes de agradecer a uma pessoa, dizer que no passado, erradamente, o nosso veículo de comunicação tinha cores políticas. Hoje só temos duas cores: o verde e o vermelho de Santa Catarina. E é em nome dessas cores que trilhamos o nosso trabalho. Hoje, quando cumprimentava a Beta Brandalise, me dei conta de que faz exatamente sete anos que moro em Florianópolis. E certa vez disse a ela: com um veículo de comunicação, precisamos tomar muito cuidado para separar o trabalho da vaidade. E tenho procurado fazer isso, assim como pautar o meu relacionamento com Santa Catarina e não com o meu ego. Não temos credo nem cor que não seja a de Santa Catarina.

Sr. presidente, preciso, neste exato momento, que o Rafa seja o porta-voz ao seu pai, porque na hora que nós mais precisávamos, a mão dele estava estendida - e o Cesar Souza lembra disso! E neste momento cheguei até ele e disse o seguinte: Luizão, preciso que você me ceda o Vanderlei Peretti. Ele era sócio de uma empresa do Luiz Cláudio dos Santos. E só conheço uma pessoa que fechou sua empresa para ceder um sócio para um amigo, e essa pessoa é o teu pai, Rafa. Por onde eu for, por onde eu andar, sempre vou me lembrar da dignidade do teu pai, da maneira como ele estendeu o braço, o corpo e, principalmente, o talento dele, porque sem isso, nós não estaríamos aqui hoje.

O débito da TV Barriga Verde, só de ações trabalhistas, exigia dez meses de faturamento. E hoje estamos aqui com uma empresa sólida, absolutamente sólida e deveremos dobrar o ano com zero de dívida. Isso eu devo a vocês! À competência e à capacidade de vocês fazerem uma televisão colocando o coração nos braços e de fazerem um grupo de comunicação altamente comprometido com a verdade. Vocês não fazem idéia do orgulho que sinto, sr. presidente, srs. membros desta mesa e sr. vice-governador, de eu liderar esse time!

Júnior - e vou te chamar assim -, há 25 anos o teu pai tinha um martelo, tábua, prego e talento, nada mais do que isso. Tinha um amigo, que o ajudou e tinha um grupo que acreditou nele. Naquela época, Cesar Souza, era nada! E você tinha três anos. Ele sabe como tudo começou. Ele sabe o dia em que eu assumi a televisão e que permiti que o nome do programa não fosse *Boa tarde Santa Catarina* e, sim, *Cesar Souza.* Não nos preocupamos se estaríamos criando uma pessoa ou dando forma a um político. Eu disse "sim" quando ele me pediu, por causa do seu caráter e da sua integridade. São 25 anos! E fiquei muito feliz - e você não viu porque não estava prestando atenção - no momento que você ocupou esta tribuna e o teu pai te olhou! Foi muito bonito, muito bonito! Ninguém faz nada sem que alguém acredite!

Preciso, neste momento, fazer justiça e, entre os vários parceiros que nós temos, procurei um que pudesse abraçar a todos. Então, agora, quero abraçar as Organizações Koerich. Como eles, alguns estão conosco há exatos 25 anos. Esse acreditar é o maior testemunho daquilo que nós sempre comentamos dentro de casa, e a nossa diferença é que nós fazemos tudo com amor.

Lembro que quando assumimos a TV Barriga Verde só falávamos dos nossos colegas: a Globo, o SBT e a Record. Até que tomamos a decisão de que a partir daquele instante estaria proibido falar dos nossos colegas. Sabem por quê? Por que nos preocuparmos com os nossos colegas se estávamos perdendo para nós mesmos? No momento em que nós derrotássemos a nossa incompetência aí, sim, poderíamos pensar nos nossos colegas, porque haveria espaço. Meus amigos, até hoje continuamos perdendo para nós mesmos, ainda bem. Isso significa dizer que há um espaço para que possamos chegar ao ponto que queremos.

Não é fácil fazer uma televisão regional, porque tudo tem que acontecer em São Paulo e do Rio de Janeiro e depois vir para cá. Para termos o espaço que queremos e que achamos necessário para defender os interesses de Santa Catarina, precisamos de muita luta, de muita garra e fazer muita negociação junto à TV Bandeirantes de São Paulo. E que bom que eles nos escutam, que bom, senhores que compõem a mesa, meus amigos aqui presentes, que esse grupo que está aqui lidera a melhor emissora da Rede Bandeirantes de Televisão e que não pertence à família Saad. E quem me disse isso há 15 dias foi Carlos Massa, o Ratinho. Eu estive na TV Bandeirantes e a referência foi vocês, pois em janeiro conseguimos faturar mais que Porto Alegre e Curitiba. Isso não se faz com lirismo!

Finalmente, quero homenagear vocês. E para isso vou pedir licença para me dirigir ao Vanderlei Peretti, meu conterrâneo videirense - e é uma honra ser de Videira. Quero dizer que você, Peretti, e o Luizão ajudaram a fazer a diferença. Você se lembra em Miami, quando eu te disse - e isso faz sete anos -: calma Peretti, o dia que eu tiver que optar, vou optar por você; ajude-me a viabilizar esta empresa! Não foi só um mês, Peretti, foram vários! Não foi só um mês, Renato, foram vários! Não foi só um mês, Célio, foram vários! Não foi só um mês, Pedrão, foram vários que vocês não retiraram os seus salários e os deixaram dentro da empresa, nas mãos de vários colegas, numa nítida demonstração de confiança, e vocês sabem que essa atitude ajudou a salvar a empresa.

Conheço várias empresas em que os executivos primeiro pensam neles. E vocês primeiro pensaram na nossa empresa, a empresa de vocês. E você sabe, Carlos Eduardo Lino, que lá dentro a palavra tem ressonância. Quando você assumiu a televisão, eu lhe disse: Cuida da nossa empresa. Nunca mais entrei lá. Isso é acreditar no profissional, isso é zelar.

Eu tinha deixado escrito aqui algumas frases que Nicolas Sarkozy usou no seu discurso de posse quando assumiu a Presidência da França. Mas não tem nada a ver com este momento. Nada a ver.

Então, Peretti, muita coisa que Sarcozy falou para os franceses, ele falou porque não te conhecia. Que você é o símbolo de lealdade, é o símbolo de amizade, é o símbolo de confiança.

Eu me lembro quando você veio somar comigo, que você não sabia quanto se ia ganhar. Eu me lembro quando Luizão decidiu nos ajudar e que ele não sabia quanto ele ia ganhar. Eu me lembro quando fomos tirar o Célio do porão, ele não sabia quanto ia ganhar. Eu me lembro o dia em que falei com o Renato e ele não sabia quanto ia ganhar. Eu me lembro quando você chegou com o Fiat 149, que tinha dois defeitos a mais, não é Pedrão? Obrigado.

Eu tenho certeza de que aquela pessoa que não está mais nesse plano, está lá em cima de alguma forma nos olhando e que os senhores conheceram: meu pai. Meu pai me deixou a coisa mais importante que uma pessoa pode deixar para a outra. Não foram os aviões a jato, não foi uma empresa. Meu pai deixou o nome. E é em nome disso, Júnior... Tomara que a televisão tenha fotografado o seu pai na hora que você fazia o discurso. Que dia lindo, Cesar! À hora que você for ver o conteúdo do seu filho e que a gente recebe esta homenagem.

Sr. deputado, sr. vice-governador, amigos, eu sei que me estendi, mas 25 anos não são 25 minutos, 25 horas.

(Palmas das galerias)

Mal sabiam os nossos antagônicos que as energias enviadas foram transmutadas e elas nos faziam acordar mais cedo.

Um beijo na alma de cada um de vocês e muito obrigado por acreditar em mim, muito obrigado Peretti, Renato, Célio, Pedrão e demais companheiros.

Obrigado, Cesar. Senhores, muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Neste momento, fará uso da palavra sua excelência, o sr. vice-governador do estado de Santa Catarina Leonel Pavan.

O SR. VICE-GOVERNADOR LEONEL PAVAN - Quero cumprimentar o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Julio Garcia; cumprimentar o conselheiro José Carlos Pacheco, presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; quero fazer uma saudação muito especial ao dr. Saul Brandalise Júnior, presidente do Conselho da Central Barriga Verde, que dá uma demonstração de amor não só à sua empresa, mas, principalmente, àqueles que a ergueram, que são seus amigos, funcionários, integrantes da empresa; meus cumprimentos ao representante da OAB de Santa Catarina Waltoir Menegotto; meus cumprimentos ao deputado estadual Cesar Souza Júnior; aos deputados estaduais José Natal, Jorginho Mello, Renato Hinnig e a todos aqui presentes.

Nós nos atrasamos alguns minutos porque estávamos no sul do estado, juntamente com o governador Luiz Henrique entregando a reformulação, no caso a reforma, das melhorias de umas das rodovias mais importantes de Santa Catarina, a 446, que liga Orleans a Criciúma, uma obra de aproximadamente R$ 36 milhões. Mas conseguimos, graças a Deus, chegar a tempo para prestar uma homenagem e participar desta sessão que é uma homenagem aos 25 anos da TVBV.

Aproveito para agradecer ao presidente e aos deputados pelo convite que me enviaram.

(Passa a ler.)

"A evolução dos meios de comunicação é uma realidade desde meados do século passado e hoje as empresas e os veículos deste setor vêm tendo, cada vez mais, uma enorme influência na vida das pessoas.

Por isso podem e devem servir como fortes instrumentos, além da informação, e também como serviço de inclusão social e de apoio cultural, atividades que devem ser prestadas diariamente e de forma competente pelos veículos e profissionais.

É o caso da empresa hoje justamente homenageada, o grupo Barriga Verde, pelos 25 anos de atuação no território catarinense.

Nestes últimos 50 anos, a TV tem tido importância fundamental na evolução da sociedade brasileira, divulgando culturas, usos e costumes, prestação de serviços, além das notícias e fatos que fazem nossa história. Mais do que isso, a televisão é uma mídia que se transformou, nestes últimos 50 anos, no meio de comunicação mais influente da cultura nacional. Daí surge a grande responsabilidade das empresas de comunicação no contexto de nossa sociedade.

Ao surgir, em 1982, a TV Barriga Verde, hoje TVBV, em sua trajetória e etapas de crescimento, soube muito bem desenvolver a sua missão de valorizar as raízes, a história e a cultura dos catarinenses, valorizando-as e ajudando a reforçar aqui dentro e divulgando pelo Brasil afora também nosso potencial econômico, turístico e de qualidade de vida.

A atuação multimídia, isenção e independência, valorização das pessoas, foco regional e permanente inovação são atributos e diferenciais que devem ser perseguidos pelas empresas modernas de comunicação sintonizadas com os novos tempos.

O Grupo Barriga Verde, com sua emissora de TV e diversas emissoras de rádio, tem demonstrado essa sintonia, notadamente no aspecto de valorização de nossas diversas e belas regiões turísticas e econômicas. Atuação esta que também faz jus a um estado diferenciado como é Santa Catarina, que, com menos de 2% do território nacional, apresenta indicadores sociais e de qualidade de vida invejáveis, assim como o potencial industrial e cooperativista e no destaque em turismo regionalizado e de divulgação integrada.

Na administração estadual, sob o comando de Luiz Henrique da Silveira e com nossa participação em diversas frentes de atuação e órgãos governamentais, temos procurado fortalecer essa diversidade potencial justamente através do sistema descentralizado de governo.

A descentralização caminhando agora a passos largos para a efetiva informatização e um governo eletrônico é uma forma também de respeitar e valorizar todas as regiões catarinenses, reduzindo as diferenças, distâncias com o governo central, proporcionando obras e ações, além da economia ao cidadão e ao contribuinte.

A missão de regionalizar e integrar é, pois, semelhante entre veículo e governo. Cada vez mais ampla e regionalizada, a TVBV abraça toda Santa Catarina e norte do Rio Grande do Sul e pratica um telejornalismo além de serviços sociais e entretenimento voltado a servir reais necessidades da população.

Com isso, acerta o foco de estar presente no dia-a-dia das cidades que fazem parte de sua área de cobertura e destacar o que há de comum entre os habitantes, integrando-os entre si e com as demais regiões.

Tenho dito e repetido que Santa Catarina é um pedacinho deste Brasil que está dando certo pelo potencial, turismo, desenvolvimento e o trabalho de nossa gente.

Para ampliar ainda mais nossa qualidade de vida e sintonia com o futuro, é importante que cada um faça a sua parte e exista a necessária política de parcerias entre o poder público e a iniciativa privada.

Parabéns ao Grupo Barriga Verde por fazer muito bem a sua parte e fortalecer cada vez mais a sua identidade com o povo catarinense, fazendo jus à sua denominação.

Parabéns a toda direção, funcionários e equipe de colaboradores e que os 25 anos de atuação no território catarinense sejam apenas o ponto de partida para muitos e muitos outros anos de sucesso."

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) -

Ouviremos o Hino de Santa Catarina que será interpretado pelo coral da Assembléia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à execução do hino.)

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão solene, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

A T O S D A M E S A

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 200, de 16/10/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fulcro no artigo 38, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,*

DESIGNAR **JAILTON DIAS DA CUNHA**, matrícula nº 1218, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador de Tesouraria, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, MAURICIO NASCIMENTO, a partir de 01/10/07 (Diretoria Financeira).

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Rogério Mendonça - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 201, de 16/10/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fulcro no artigo 38, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,*

Art. 1º DESIGNAR **EM SUBSTITUIÇÃO**, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, TULIA DE FREITAS RIBEIRO, a servidora **MARLI LIMA BARROSO**, matrícula nº 1132, pertencente ao Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer função de Gerência do Centro de Memória, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança. (DL - Coordenadoria de Documentação).

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 28 de setembro de 2007.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Rogério Mendonça - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 202, de 16/10/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1194/07,

RESOLVE: *de acordo com o artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com a redação dada pelo artigo 1º da Emenda Constitucional nº 41/03,*

CONCEDER APOSENTADORIA por invalidez, ao servidor **LUIZ OCTAVIO NEVES**, matrícula nº 0809, no cargo de Tecnico Legislativo, código PL/TEL-43, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, com os proventos integrais.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Rogério Mendonça - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 203, de 16/10/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1623/07,

RESOLVE: *de acordo com o artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005,*

CONCEDER APOSENTADORIA voluntária por tempo de contribuição, à servidora **IARA MARIA ZIPPERER**, matrícula nº 1968, no cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-61, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, com os proventos integrais.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Rogério Mendonça - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 204, de 16/10/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1738/07,

RESOLVE: *de acordo com o artigo 40, § 1º, inciso II e § 3º da Constituição Federal,*

CONCEDER APOSENTADORIA compulsória, ao servidor **OSNI PROENCA PEREIRA**, matrícula nº 1846, no cargo de Tecnico Legislativo, código PL/TEL-45, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, com os proventos proporcionais, na forma da lei.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Rogério Mendonça - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 205, de 16/10/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1848/07,

RESOLVE: *de acordo com o artigo 3º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003,*

CONCEDER APOSENTADORIA voluntária por tempo de serviço, ao servidor **MICHEL CURI**, matrícula nº 0171, no cargo de Procurador Juridico, código PL/ASI-71, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, com os proventos integrais.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Rogério Mendonça - Secretário

*** X X X ***

P U B L I C A Ç Õ E S D I V E R S A S

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA 3ª REUNIÃO DA CPI, CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 023-DL, DE 2007, PARA PROMOVER A APURAÇÃO DE FATOS DA CASAN E DINHEIRO PÚBLICO NO ALICIAMENTO DE ELEITORES E OUTROS SUPOSTOS ILÍCITOS, NAS LOCALIDADES DE RIO DA PRATA E COLÔNIA RUTHES, NO MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO, E NA ESTRADA GERAL EM PASSO MANSO, NO MUNICÍPIO DE TAIÓ, REALIZADA NO DIA 16 DE OUTUBRO DE 2007, ÀS 17H, NA SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES DA ALESC

O SR. PRESIDENTE (deputado Onofre Santo Agostini) - Havendo quórum regimental, declaro aberta a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato da Presidência 023/2007, para "Promover a apuração de fatos da Casan e dinheiro público no aliciamento de eleitores e outros ilícitos nas localidades de Rio da Prata e Colônia Ruthes, no município de Rio do Campo, e na estrada geral de Passo Manso, no município de Taió.

O parecer do senhor relator, cujo teor foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, depois de uma série de comentários, que não vou ler porque V.Exas. sabem tanto quanto ou melhor do que eu, no final diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Este relator recomenda a remessa de cópia do caderno processual ao Ministério Público Estadual para apurar eventual ilícito praticado pelas pessoas físicas. Pois, pasmem, foi a mesma recomendação do procurador federal ao determinar o arquivamento do inquérito e recomendando que o encaminhe ao Ministério Público para verificar a conveniência e a oportunidade de averiguar e promover o que entender pertinente quanto à notícia da improbidade administrativa.

Isto posto, não se extraindo a configuração de qualquer delito na área criminal eleitoral perante os acontecimentos narrados, requer o Ministério Público Eleitoral o arquivamento daquele inquérito. Entretanto, requer-se o envio da cópia integral do presente instrumento ao procurador-geral de Justiça a fim de averiguar e promover o que entender pertinente quanto à notícia da improbidade administrativa.

No seu relatório este deputado recomenda: Requerendo por oportuna a remessa do inteiro teor deste caderno processual ao Ministério Público Estadual, órgão responsável pelo impulso processual respectivo inquérito policial.

Portanto, senhores, insistimos no andamento desta CPI, ao final de sua tramitação, teremos que remeter suas conclusões ao Ministério Público para abertura de inquérito com a finalidade de abertura de ação criminal, que estará fadada ao arquivamento, pois, nesse sentido, já se manifestou o Ministério Público Federal. E, para eventuais outros crimes, já cientificado o Ministério Público Estadual.

Para aqueles que insistem no andamento da CPI por pura teimosia, alegando que foi recomendada a remessa da cópia do Ministério Público, é de se relembrar que já se disse no relatório: o ponto máximo que poderá chegar a CPI é da remessa de sua conclusão ao Ministério Público, e isto já foi feito pelo procurador eleitoral federal. Insistir no andamento da CPI é despender recursos públicos em vão.

Reitero assim aos senhores membros da Comissão de Justiça o voto que proferi, requerendo a juntada deste aos autos, juntamente com a manifestação da Procuradoria Regional Eleitoral do Ministério Público."

Este foi o relatório da Comissão de Constituição e Justiça, senhores deputados, que foi aprovado por maioria.

Como a Comissão de Justiça não tem poder de determinar o arquivamento ou não... Quem tem o poder de determinar o arquivamento é a CPI, só a ela cabe tomar as decisões que entender e emitir um parecer... Porque havia dúvida, conforme o requerimento do deputado Renato Hinnig.

Eu preparei e vou submeter à apreciação da Comissão o seguinte despacho: *(Passa a ler.)*

"Em virtude do parecer exarado pela Comissão de Constituição e Justiça a tramitação do Processo nº RQC/021.3/2007, encaminhe os autos à Coordenadoria do Expediente para que providencie a remessa do inteiro teor do caderno processual ao Ministério Público Estadual, órgão responsável pelo impulso processual do respectivo inquérito policial, bem como, ainda, que o resultado da ação penal seja dado ciência oficial ao Poder Legislativo, conforme o que ficou deliberado pela Comissão de Constituição e Justiça."

Este é o despacho, senhores deputados.

Como eu entendo que a CPI não está indo para o arquivo, está indo para o Ministério Público, foi o que a Comissão de Justiça decidiu pelo parecer do deputado-relator daquela Comissão, que foi aprovado pela maioria de votos...

O despacho determina a remessa desta CPI ao Ministério Público, que deve fazer o que entender necessário.

Em discussão.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Peço a palavra, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra o senhor deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Senhor presidente, se bem entendi, a proposta de V.Exa. não seria de sepultar, de desligar os aparelhos ainda, seria de colocar num novo respirador a CPI, lá no Ministério Público.

No meu entendimento, senhor presidente, com todo o respeito que tenho por V.Exa., isso não encontra nenhum amparo regimental, porque o instrumento da CPI é próprio, específico desta Casa, e ela tem que dar um destino. Ou a CPI vai prosseguir com os seus trabalhos ou se encerra aqui.

Nós precisamos de uma definição. Essa medida eu entendo protelatória, até porque, na verdade, nós não começamos o processo de investigação. O governo, intempestivamente, questionou o objeto da CPI depois de ela estar em funcionamento.

Esse é o nosso questionamento legal, e estamos esperando o desfecho para recorrer ao Judiciário, buscar o funcionamento da CPI no Judiciário. Independentemente de haver investigação por parte de qualquer outro órgão, é de competência da Assembléia Legislativa, através da CPI, que é um instrumento das minorias, tanto que para constituí-la é necessário apenas um terço de assinaturas, portanto, foi a intenção do legislador, quando da inclusão da Comissão Parlamentar de Inquérito no texto constitucional, exatamente criar um instrumento para que as minorias possam cumprir com o seu papel fiscalizador, uma vez que tendo o governo maioria, como se verifica em Santa Catarina neste momento, as oposições ficariam impedidas de cumprir com esse papel exatamente por representarem parcela muito pequena do Parlamento.

Mas vejam que o próprio fato determinado diz o seguinte: utilização de serviços de empresa pública, Companhia de Água e Saneamento do Estado de Santa Catarina, a Casan, e dinheiro público no aliciamento de eleitores e outros supostos ilícitos. Então, como vamos remeter isso assim para o Ministério Público se nem nos foi dada a oportunidade de apresentar, por exemplo, as denúncias que temos?

Como membro da CPI, depois que ela foi instalada recebi várias denúncias de outros supostos ilícitos, e esta Assembléia, por força da maioria que o governo detém, não está permitindo a utilização desse instrumento de fiscalização e de investigação.

Nesse sentido, senhor presidente, é a terceira vez que o mesmo governo procede dessa forma. Nós só estamos vendo o mesmo filme repetir aqui. Foi assim com a CPI do Balé Bolshoi - os deputados Elizeu Matos, Renato Hinnig, José Natal e Jailson ainda não estavam aqui, mas V.Exa. estava e lembra que o procedimento adotado pelo governo com relação às graves denúncias do Balé Bolshoi, que acabou por levar à demissão dirigentes daquela instituição, até hoje não explicadas devidamente por parte do governo do Estado e do governo de Joinville, com ações, com várias demandas judiciais ainda, mas o governo, naquele momento, agiu exatamente como está agindo agora: não permitiu que esta Assembléia Legislativa cumprisse o seu papel, através de instrumento próprio, que é a CPI, para promover a apuração daqueles fatos.

O segundo momento assistimos no final do ano passado. Todos lembram que no apartamento do doutor Aldo Hey Neto, que o deputado Renato Hinnig deve conhecer, porque era da equipe da Fazenda, funcionário da Fazenda... O doutor Aldo Hey Neto era um homem de extrema confiança do governador que foi importado de outro Estado, até numa atitude desrespeitosa aos servidores de carreira do Estado, pois sabemos que os quadros da Fazenda são compostos por tantos funcionários dedicados, mas o governador Luiz Henrique resolveu importar alguém de ligação muito íntima sua, de convívio familiar, e trouxe o doutor Aldo Hey Neto, pessoa de convivência, segundo notícias da época, depois contestadas - aí rasgaram muitos jornais depois. Mas a nomeação é do doutor Luiz Henrique da Silveira.

E no apartamento do doutor Aldo Hey Neto foi encontrado mais dinheiro, deputado Onofre, do que aquele encontrado no escritório da sua ex-correligionária, a Roseana Sarney, que deixou de ser presidente da República por causa daquilo. Mais dinheiro do que no escritório da Roseana foi encontrado no apartamento do Aldo Hey Neto, mas até hoje o governo, apesar da nossa insistência... Não conseguimos acessar ainda a conclusão do inquérito que o governo instaurou internamente, nem essa informação - talvez o deputado Renato, por ser da Fazenda, repito, possa nos trazer mais informações sobre o paradeiro, a origem daquele dinheiro, de onde veio, para onde ia, de quem era aquela dinheirama toda, onde anda o Aldo Hey Neto, o que foi feito com tudo aquilo.

Esta Assembléia, tentando obter informações e não conseguindo, instalou uma CPI. O procedimento foi o mesmo: no final do ano, no apagar das luzes... O governo deixou para instalar no último dia de atividade da Assembléia, deputado Onofre, V.Exa. lembra disso. No último dia! Foi a CPI de vida mais curta que esta Casa já viu, durou menos de três horas. Foi instalada, assassinada horas depois e sepultada no mesmo dia!

Esta aqui já é um cadáver que está cheirando, a gente sabe que está incomodando muito o governo. Desde que a CPI foi constituída... E aí vieram todos aqueles fatos, o doutor Walmor de Luca, quando questionado se realmente a Casan ajudou na campanha da sua esposa, respondeu: "Nem só na dela, mas na de outros deputados, estaduais, federais, do senador e do governador também".

Isso, no meu entendimento, foi uma chantagem pública, e a partir daí o governo se deu conta: "Opa! Fomos chantageados! Agora temos que enterrar essa CPI, porque senão o homem vai abrir a boca". E a partir daí iniciou toda uma operação de assassinato da CPI. Estamos aqui nos derradeiros capítulos, o cadáver está cheirando mal já e me parece que chegou, enfim, o dia do sepultamento, porque de longe se verifica a quantidade de votos, a minoria que a oposição tem.

Então, de nossa parte, como um dos proponentes desta CPI, senhor deputado, vamos adotar dois caminhos. O primeiro, porque sabemos que esta Comissão precisa dar uma resposta: ou a CPI continua ou não continua. Não existe meia-sola, não existe meio-termo, porque nós não podemos transferir uma CPI ainda viva daqui: Ah, então o Ministério Público vai fazer e depois devolve. E aí, como fica? A Assembléia reativa a CPI ou não reativa?

Então, aqui tem que haver uma definição, porque a partir dessa definição nós vamos buscar os remédios jurídicos que entendemos cabíveis para que, via Judiciário, possamos reativar o funcionamento desta CPI, e se não tiver jeito mesmo, o deputado Clésio Salvaro continua firme com a 14ª assinatura, se não for assim, para desespero do governo, comece a preparar os próximos coveiros, porque vem mais coisa por aí.

Por ora, a minha manifestação é neste sentido, senhor presidente. Não vejo como encaminhar dessa forma.

O SR. RELATOR (deputado Jailson Lima) - Senhor presidente Onofre e demais deputados componentes desta mesa, provavelmente então eu sou o segundo relator da história de CPI mais curta desta Assembléia, sem ter feito o devido trabalho.

A gente já vê que esse processo está embalsamado, que foi formolizado o suficiente para não expelir odor. E o encaminhamento que eu gostaria de dar, a minha posição, é a seguinte: acompanho o deputado Joares, no sentido de, definitivamente, sacramentar o enterro. Sacramenta-se o enterro, queimam-se as velas e os encaminhamentos posteriores cabem a devida avaliação, tendo em vista que a Justiça já está avaliando, vai reencaminhar, porque está sendo avaliado.

Esta é a minha posição, deputado Onofre.

O SR. PRESIDENTE (deputado Onofre Santo Agostini) - Quero dizer aos ilustres deputados que respeito a opinião de cada um, mas quero dizer o seguinte: ela não está sendo sepultada.

Deputado Joares, qual é o final da CPI? V.Exa. sabe, tanto ou melhor do que eu, qual é o final da CPI: Ministério Público. Aconteça o que acontecer.

Eu fui presidente da CPI do Besc e no final da história o que se fez? Mandou-se a CPI para o Ministério Público, que, baseado na documentação, ofereceu denúncia ou arquivou... Eu não sei o final da história, mas alguém pagou por isso.

Esta aqui, deputados, é a mesma coisa. Está acontecendo o quê? Ao invés de nós investigarmos... Porque o final da história será o Ministério Público. Eu confio no Ministério Público, tenho plena convicção de que o Ministério Público de Santa Catarina tem todos os instrumentos para abrir inquérito policial, para processar etc. para chegar ao final que todos nós queremos: que sejam esclarecidos os fatos.

Esta é a minha opinião. Agora, eu respeito a opinião de cada um.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Só para contrapor, deputado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Onofre Santo Agostini) - Pois não.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Eu não disse aqui que não confio no Ministério Público, que não acredito, mas esse é papel da Assembléia. O instrumento da CPI não é do Ministério Público. O Ministério Público tem os seus instrumentos de investigação. Também é papel da Assembléia fiscalizar e investigar. Nós estamos abrindo mão de um papel!

Eu não tenho, por exemplo, deputado Onofre, resposta, e acho que isso não compete ao Ministério Público, mas a denúncia que temos de maquiagem no balanço da empresa?! Como vamos apurar?

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Pela ordem, senhor presidente.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Por que a Assembléia não apura isso?

Portanto, não é questão...

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Essa acusação de maquiagem no balanço da empresa envolve auditoria externa, contratada, e que o senhor está aqui acusando de não fazer o serviço de acordo com a legislação!

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Senhor presidente, o deputado Renato está nervoso! Eu falei do Aldo Hey Neto e ele ficou nervoso!

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Eu não admito que V.Exa. se refira ao meu nome nesse caso, porque nada tenho a ver com isso!

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Porque não deixa eu esclarecer! Por isso!

A questão da maquiagem no balanço, eu tenho denúncia, senhor presidente, e estava trazendo para a CPI!

O SR. PRESIDENTE (deputado Onofre Santo Agostini) - Por que não manda para o Ministério Público?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - É claro que agora nós vamos tomar outros caminhos. Pena que a Assembléia não está nos deixando investigar! Esse é o papel da Assembléia, este é o papel do parlamentar: investigar! Se é verdade ou não, eu queria a oportunidade de investigar para isso, deputado Renato! E o senhor é um dos que não estão permitindo, porque deve ter preocupações!

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - V.Exa. deixe de ser leviano quando fala de coisa aqui na Assembléia!

O SR. PRESIDENTE (deputado Onofre Santo Agostini) - senhores deputados, eu garanto a palavra a quem está com ela e peço que tenham compreensão entre os homens...

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Senhor presidente, eu estou muito tranqüilo. O deputado Renato está muito alterado, mas eu não vou morder a isca! Não vou morder a isca! A alteração é porque isso gera nervosismo, eu sei disso! A do Aldo Hey Neto, que não deixaram investigar... Esta também! É porque quem deve, teme. Deve ser isso! Eu só quero investigar!

O SR. PRESIDENTE (deputado Onofre Santo Agostini) - Pois não, deputado.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Portanto, senhor presidente, a minha posição é essa...

O SR. PRESIDENTE (deputado Onofre Santo Agostini) - É contrário ao despacho.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Não, a CPI ou continua ou pára por aqui.

O SR. PRESIDENTE (deputado Onofre Santo Agostini) - Deputado, vamos nos ater a esta CPI. O despacho foi feito. Aqueles que não concordam, votem contra e os que concordam, votem a favor, encaminhando ao Ministério Público.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Na verdade, deputado Ponticelli, o Ministério Público, lógico, não vai fazer CPI.

O que estamos entendendo é que é um trabalho duplo. Se o Ministério Público já está fazendo um trabalho de investigação, não tem por que estarmos aqui nos reunindo, fazendo um trabalho semelhante ao encaminhamento que o deputado Onofre está dando. Não tem por que estarmos aqui.

Mas eu só quero me referir a uma coisa: eu não fui ajudado por empresa alguma para estar aqui. Para começar, em Lages nem Casan tem! Não existe Casan em Lages! Acho que devemos cuidar com o que falamos, porque daqui a pouco mistura, fala das pessoas, e quem está nos acompanhando, quem está nos vendo, vai pensar: esse cara foi beneficiado, por isso ele vai votar... E eu já vou abrir o meu voto: não tem por que continuar a CPI coisa nenhuma se o Ministério Público está investigando. Eu já vou abrir o meu voto, para encaminhamento, deputado Onofre. Agora, não podemos misturar as coisas, porque daqui a pouco começa a ir para o lado pessoal, começa a ficar uma denúncia meio leviana, misturando as coisas, o que não é bom para este Parlamento, muito menos para nós.

Então, só quero abrir o meu voto, acompanhando o parecer do presidente Onofre, para que o Ministério Público, no qual confio, possa, sim, fazer a investigação necessária. Não há necessidade de estarmos aqui fazendo um trabalho duplo.

O SR. PRESIDENTE (deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra o deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Senhor presidente, sou obrigado a fazer menção ao pronunciamento do deputado Joares Ponticelli, que trouxe o caso do Aldo Hey Neto e se referiu a minha pessoa como se fosse conhecedor dos fatos, até levando as pessoas a quererem interpretar que tive participação naqueles episódios.

Quero deixar bem claro que nada tenho a ver com esse fato. Na época eu estava como diretor da Administração Tributária, uma diretoria específica, que cuidava da questão da tributação, portanto, nada havendo na questão dos trâmites dos projetos complexos, que era da competência do gabinete do secretário. Por isso, quero deixar claro que nada tenho a ver com aquele episódio.

Acompanho o encaminhamento do presidente nessa questão da CPI.

O SR. PRESIDENTE (deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra o deputado Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Gostaria de fazer algumas ponderações quanto às colocações feitas pelo deputado Joares Ponticelli.

Na verdade, a proposta da CPI tinha um intuito, e pelo discurso do deputado Joares Ponticelli agora, dá para ver qual a sua intenção: é querer fazer desta CPI, como se coloca na linguagem popular, um carnaval em cima do governo dentro daquilo que não é verdade. Se eu fosse funcionário da Fazenda, também me sentiria ofendido realmente, como V.Exa. colocou o deputado Renato, colocando todos num monte, o que muitas vezes confunde as pessoas que não são sabedoras diretamente da coisa.

Então, em cima disso, para não dar discurso ao deputado Joares Ponticelli, porque ele disse no plenário agora há pouco que neste mandato não veio para ser parlamentar, veio para lamentar... Então, ele vai continuar lamentando nesse seu discurso vazio de ofensivas contra o governo e contra as pessoas.

Eu voto pelo encaminhamento dado por V.Exa., porque entendo que se já está no Ministério Público, sim, e é ineficaz o nosso trabalho na condição de dar discurso para o deputado ou para a oposição, porque já está lá, e o Ministério Público vai saber conduzir dentro dos parâmetros da lei o que deve ser feito.

O SR. PRESIDENTE (deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra o deputado Sargento Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Presidente e demais parlamentares, muito rapidamente quero dizer que o meu voto é pelo parecer de V.Exa., acompanhando a decisão da CCJ.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Peço a palavra, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (deputado Onofre Santo Agostini) - Pois não.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Apenas para esclarecer ao deputado Renato que não foi minha intenção vincular S.Exa. ao Aldo Hey Neto.

Falei, deputado Renato, porque V.Exa. tinha um cargo de confiança do governo como ele também tinha, e na mesma pasta. Mas quero deixar muito claro que o governo, sim, não quis esclarecer. Não acusei V.Exa. O governo não quis! Portanto, só para clarear isso a V.Exa. e ao deputado Elizeu.

Quanto à outra manifestação, ela é muito pequena para responder.

O SR. PRESIDENTE (deputado Onofre Santo Agostini) - Por maioria de votos, com os votos contrários do deputado Joares Ponticelli e do deputado-relator, aprovamos a remessa dos presentes autos ao Ministério Público para que as providências sejam tomadas.

Como o deputado Jailson e o deputado Joares votaram contrariamente, peço que, por gentileza, assinem aqui.

(Os senhores deputados Joares Ponticelli e Jailson Lima assinam o documento.)

Antes de encerrar, quero dizer que no fervor da discussão às vezes são tidas palavras que podem parecer ofensivas, mas tenho certeza de que nenhum dos deputados teve a intenção de ofender nem o deputado Hinnig, que eu conheço a sua idoneidade moral, não só porque é meu vizinho, mas é uma pessoa que tenho um grande respeito, assim como o deputado Elizeu e o deputado Joares Ponticelli, que tem vontade de cada vez mais acertar e às vezes pode extrapolar, mas não tenho nada contra, agradeço muito a compreensão de V.Exa.

Acho que cumprimos o nosso dever. Se não foi a contento, estamos encaminhando a quem compete achar se houve ou não crime, que é o Ministério Público.

Solicito o encaminhamento à mesa diretora para que providencie a remessa ao Ministério Público.

Agradeço a todos pela presença.

Está encerrada a reunião.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI
PRESIDENTE

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 2177, de 16/10/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **LUIZ SGNORI**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-15, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/10/07 (Deputado Jorginho Mello).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2178, de 16/10/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **CRISTIANO HEYSE TAVARES**, matrícula nº 4889, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor de Deputado da Mesa, código PL/GAM-22, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 09/10/07 (4ª Secretaria).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2179, de 16/10/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **SOLANGE AUREA ROSSO**, matrícula nº 3476, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-39, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/10/07 (Deputado Clesio Salvaro).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2180, de 16/10/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **IGOR BATISTA MONTEIRO RAFAEL**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-16, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/10/07 (Deputado Clesio Salvaro).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2181, de 16/10/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **NEI BUOGO**, matrícula nº 4202, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-49, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/10/07 (Deputado Clesio Salvaro).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2182, de 16/10/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **NEI BUOGO**, matrícula nº 4202, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/10/07 (Deputado Clesio Salvaro).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2183, de 16/10/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **JOÃO CLAUDIO ALVES DE CARVALHO**, matrícula nº 5592, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-61, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/10/07 (Deputado Darci de Matos).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2184, de 16/10/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **FRED WILSON FERRARI**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-61, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/10/07 (Deputado Darci de Matos).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2185, de 16/10/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **DAMIANI TANILLY KREISS SPEROTTO**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/10/07 (Deputado Marcos Vieira).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2186, de 16/10/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **VALQUIRIA PEREIRA GUIMARÃES**, matrícula nº 5522, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-32, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/10/07 (Deputado Cesar Souza Junior).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2187, de 16/10/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **VANDREI SANCLER BION**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-32, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/10/07 (Deputado Cesar Souza Junior).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2188, de 16/10/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **CICERO MARTINS TEIXEIRA GIL**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-37, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/10/07 (Deputado Jailson Lima da Silva).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2189, de 16/10/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

RETIFICAR nos assentamentos funcionais, o nome da servidora LUCILA ANTUNES**,** matrícula nº 1891, fazendo constar como sendo **LUCILA DEMENECK ANTUNES**.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2190, de 16/10/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

RETIFICAR nos assentamentos funcionais, o nome da servidora KARINE ALVES GUIMARÃES DA SILVA**,** matrícula nº 5573, fazendo constar como sendo **KARINI ALVES GUIMARÃES DA SILVA**.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2191, de 16/10/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 1795/2007,

RESOLVE: *nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18/04/91,*

CONCEDER a **JOSÉ BERTOLDO DOS SANTOS**, matrícula nº 1397, *Licença-Prêmio* referentes aos qüinqüênios compreendidos entre 15/09/1996 a 14/09/2001 e de 15/09/01 a 14/09/2006.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2192, de 16/10/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *de acordo com o artigo 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,*

Atribuir aos servidores abaixo relacionados, ***ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO***, no valor correspondente ao índice estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, conforme discriminado:

Nome Servidor	Matr	Processo nº	Nível	Vigência
Itamar José Effting	1238	1568/07	Especialização	23/08/07
Mauricio Nascimento	2039	1598/07	Especialização	29/08/07
Elzamar Alves Dante	4406	1605/07	Especialização	29/08/07
Eliana Barcelos	4346	1606/07	Especialização	29/08/07
Eliane Regina Correa de Mattos	0711	1610/07	Especialização	29/08/07
Maria de Lourdes Nasario	2123	1616/07	Especialização	30/08/07
Lucia Helena Coelho Prazeres	1568	1626/07	Especialização	30/08/07
Marcos Aurélio Gungel	0721	1641/07	Especialização	03/09/07
Sara Loni Leepkaln Medeiros	2133	1651/07	Especialização	05/09/07
Katia Lottin	1638	1745/07	Especialização	19/09/07
Roselei Maria Rachadel Sartori	0611	1747/07	Especialização	20/09/07

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2193, de 16/10/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

Nos termos do artigo 5º, § único da Lei Complementar nº 36 de 18/04/91, os servidores abaixo relacionados passam a perceber o *Adicional por Tempo de Serviço* sobre seus vencimentos, com vigência e no percentual conforme discriminado:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Fabiano Henrique da Silva Souza	3781	3%	3%	04/07/07	1174/2007
Armindo Maria	5193	3%	15%	24/08/07	1595/2007
Leda da Aparecida Pereira Huppi	1947	3%	21%	04/09/07	1663/2007
Paulo Roberto Herbst	1540	3%	30%	29/08/07	1680/2007
Luiz Otavio Garcia	0945	3%	36%	10/09/07	1681/2007
Sergio Luiz Seemann	3275	3%	12%	07/09/07	1682/2007
José Roberto Paludo	3608	3%	3%	01/08/07	1705/2007
Alexandre Geovani Kruger	3290	3%	6%	01/09/07	1706/2007
Alessandro Tramontin	4054	3%	3%	01/09/07	1763/2007

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2194, de 16/10/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

Nos termos do artigo 5º, § único da Lei Complementar nº 36 de 18/04/91, os servidores abaixo relacionados passam a perceber o *Adicional por Tempo de Serviço* sobre seus vencimentos, com vigência e no percentual conforme discriminado:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Licio Mauro da Silveira	2876	3%	12%	31/07/07	1765/2007
Custodio de Souza	2838	3%	9%	24/05/07	1815/2007
Cleusa Botelho Crippa	1812	3%	33%	28/09/07	1871/2007
Mariangela Mella	3737	3%	6%	01/10/07	1872/2007
Getulio Dorta de Melo	1461	3%	36%	01/10/07	1890/2007
Maria Natel S. Lorenz	2415	3%	18%	11/06/07	1891/2007
Sandro Marcio Andrade do Herval	4496	3%	3%	01/10/07	1892/2007

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2195, de 16/10/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com o artigo 2º, §1º, da Lei Complementar nº 36 de 18 de abril de 1991, ***LICENÇA-PRÊMIO***, aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo Qüinqüênio		Processo nº
2088	Leonardo Salvini	02/04/01	01/04/06	1571/2007
1105	Sonia Valdira de Carvalho Bernardes	02/02/02	01/02/07	1579/2007
1413	Luiz Leonidas Lopes	17/07/02	16/07/07	1611/2007
1563	Heloisa Helena Cardoso	03/08/02	02/08/07	1613/2007
1609	Nádia Makhoul Neves	18/08/02	17/08/07	1672/2007
1461	Getulio Dorta de Melo	02/08/02	01/08/07	1736/2007
1620	Hugo Greghi	04/09/02	03/09/07	1742/2007
1141	Laura Brasca	10/02/02	09/08/07	1791/2007

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2196, de 16/10/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *conforme o Termo de Convênio nº 08088/2003-8, que visa a cooperação técnico-profissional recíproca entre o pessoal dos poderes Legislativo e Executivo,*

LOTAR **ORLANDO IVAN MATOS,** servidor do Poder Executivo à disposição na Assembléia Legislativa, no Gabinete do Deputado Elizeu Mattos.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2197, de 16/10/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **EDUARDO ROCHA CARAMORI**, matrícula nº 4757, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-67, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/10/07 (Deputado Gelson Merisio).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2198, de 16/10/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **EDUARDO ROCHA CARAMORI**, matrícula nº 4757, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/10/07 (Deputado Gelson Merisio).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2199, de 16/10/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **ZENEIDE BACCIN SILVEIRA**, matrícula nº 2632, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/10/07 (Deputado Gelson Merisio).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2200, de 16/10/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **ZENEIDE BACCIN SILVEIRA**, matrícula nº 2632, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-68, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/10/07 (Deputado Gelson Merisio).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2201, de 16/10/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **NEDIR PAULO ALIXANDER**, matrícula nº 4549, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/10/07 (Deputado Gelson Merisio).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2202, de 16/10/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **CLESIO HENRIQUE FRANZOI**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-26, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/10/07 (Deputado Gelson Merisio).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2203, de 16/10/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **ILCE MARIA GRAEBIN**, matrícula nº 4018, para exercer, em comissão, para cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-18, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/10/07 (Deputado Gelson Merisio).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2204, de 16/10/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **CAIO CESAR TOKARSKI**, matrícula nº 4107, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/10/07 (Deputado Genesio Goulart).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2205, de 16/10/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **CAIO CESAR TOKARSKI**, matrícula nº 4107, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-67, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/10/07 (Deputado Genesio Goulart).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2206, de 16/10/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **JOSE PAULO CASCAES**, matrícula nº 4137, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/10/07 (Deputado Genesio Goulart).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2207, de 16/10/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **JOSE PAULO CASCAES**, matrícula nº 4137, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/10/07 (Deputado Genesio Goulart).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

PORTARIA Nº 2208, de 16/10/200 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **MARLENE ROSA,** matrícula nº 0676, por 30 (trinta) dias, a partir de 24/09/07.

PORTARIA Nº 2209, de 16/10/2007 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **EDSON TADEU BEZ**, matrícula nº 1085, por 90 (noventa) dias, a partir de 29/09/07.

PORTARIA Nº 2210, de 16/10/2007- CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **JOSÉ GERALDO DA SILVA,** matrícula nº 1467, por 30 (trinta) dias, a partir de 01/10/07.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

PORTARIA Nº 2211, de 16/10/2007 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **NEUCY FERREIRA,** matrícula nº 0464, por 30 (trinta) dias, a partir de 02/10/07.

PORTARIA Nº 2212, de 16/10/2007 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **VILSON PAULO DA SILVA**, matrícula nº 1916, por 30 (trinta) dias, a partir de 03/10/07.

PORTARIA Nº 2213, de 16/10/2007 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a **JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA,** matrícula nº 1239, por 45 (quarenta e cinco) dias, a partir de 06/10/07.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

PORTARIA Nº 2214, de 16/10/2007 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **TATIANI MAGALHÃES,** matrícula nº 4575, por 08 (oito) dias, a partir de 08/10/07.

PORTARIA Nº 2215, de 16/10/2007 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **WALDIR ROESNER**, matrícula nº 1925, por 60 (sessenta) dias, a partir de 11/10/07.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 504/07

Dispõe que as maternidades e os estabelecimentos hospitalares públicos e privados do Estado de Santa Catarina ficam obrigados a realizar, gratuitamente, o exame de Emissões Otoacústicas Evocadas (Teste da Orelhinha) para o diagnóstico precoce de surdez nos bebês nascidos nestes estabelecimentos.

Art. 1º Ficam as maternidades e os estabelecimentos hospitalares públicos e privados do Estado de Santa Catarina obrigados a realizar, gratuitamente, o exame de Emissões Otoacústicas Evocadas (Teste da Orelhinha) para o diagnóstico precoce de surdez nos bebês nascidos nestes estabelecimentos.

Art. 2º O exame deverá ser realizado preferencialmente nas dependências dos respectivos estabelecimentos até a alta do recém-nascido, ou nos serviços de fonoaudiologia conveniados.

Parágrafo único. Não possuindo o estabelecimento hospitalar condições técnicas de realizar o exame, ficará este responsável pelo agendamento do mesmo junto a hospital apto a realizá-lo ou junto aos serviços de fonoaudiologia conveniados.

Art. 3º A criança cujo teste apresentar falha deverá ser submetida a reteste, devendo ser agendado pelos estabelecimentos hospitalares preferencialmente até o 30º dia de vida. Confirmada a alteração auditiva a criança deverá ser encaminhada para a realização de exames complementares.

Art. 4º Após os exames complementares, estabelecido o topodiagnóstico (local da lesão) e o grau de perda auditiva, a criança deverá ser submetida, quando necessário, ao processo de habilitação, adaptando-se o aparelho auditivo até o 6º mês de vida.

Art. 5º Os estabelecimentos hospitalares fornecerão aos pais, juntamente com o protocolo para vacinação, um cartão contendo o dia que os pais deverão comparecer ao estabelecimento hospitalar ou nos serviços de fonoaudiologia conveniados para realizar o exame.

Parágrafo único. No cartão referido neste artigo, a ser confeccionado e distribuído pelo órgão competente, na forma da regulamentação, ainda deverá constar:

1. o nome dos pais;
2. dia, hora e local que o exame será realizado;
3. dia e hora que o exame foi realizado, e o nome e registro do profissional que o realizou;
4. dia e hora da realização do reteste quando necessário, e o nome e registro do profissional que o realizou.

Art. 6º O cartão é documento obrigatório e deve ser anexado ao cartão de vacinação da criança quando da sua realização.

Art. 7º Quando da realização da vacinação da criança, verificando o funcionário da saúde que a criança não possui o cartão ou que não consta no mesmo a realização do exame de emissões otoacústicas evocadas, este anotará o fato no cartão e advertirá aos pais a necessidade de comparecerem no estabelecimento hospitalar onde nasceu a criança para agendarem a realização do exame, podendo o mesmo ser realizado no próprio estabelecimento ou nos serviços de fonoaudiologia conveniados.

Art. 8º Verificada pelo funcionário da saúde a não realização do exame por ocasião de nova vacinação este deverá notificar o órgão competente, na forma da regulamentação, a qual determinará a visita domiciliar de um Agente Comunitário de Saúde que ficará encarregado de marcar o exame junto ao estabelecimento de saúde, certificando-se da sua realização.

Art. 9º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 dias a contar da data de sua publicação.

Art. 10 As despesas para a execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 11 A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Ana Paula Lima
Deputada Estadual

JUSTIFICATIVA

Os médicos sabem. Um simples exame na orelha do bebê, que é indolor e com duração de apenas três minutos, pode evitar que a criança sofra, mais tarde, de deficiência auditiva. E seja um adulto feliz. Razão suficiente para apresentar este projeto de lei, autorizando o Governo do Estado a realizar o exame nos recém nascidos, na rede pública estadual e nos hospitais privados conveniados.

Trata-se do Teste de Emissões Otoacústicas, popularmente chamado de "teste da orelhinha". Pelo projeto, o exame será realizado ainda no berçário, por profissionais de fonoaudiologia devidamente habilitados. Os bebês que apresentam qualquer tipo de anormalidade serão imediatamente encaminhados para tratamento médico específico.

O último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta que no Brasil existem 5,7 milhões de deficientes auditivos. A desinformação é um dos fatores que agrava o problema, que quase 100% dos casos poderiam ser diagnosticados com o teste da orelhinha. Entre 50% e 75% das deficiências auditivas podem ser diagnosticadas ainda no berçário.

Cada mil recém-nascidos, de duas a seis crianças apresentam algum tipo de perda auditiva, que é uma média "considerada altíssima". O atraso na detecção dos problemas auditivos desencadeia conseqüências, como o não desenvolvimento da linguagem. "Esse défict lingüístico acarreta atrasos cognitivos e psíquicos, que acabam por prejudicar seu desenvolvimento social".

Com base em dados da Associação Americana de Pediatria, é necessário identificar as crianças com perda auditiva antes dos três meses de idade e iniciar a intervenção antes dos seis meses, pois a audição é essencial para o desenvolvimento da linguagem oral dos lactentes.

O projeto vai ao encontro do que estabelece o artigo 11 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Diz o artigo: "É assegurado o atendimento médico à criança e ao adolescente, através do Sistema Único de Saúde, garantindo o acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde".

Mais adiante, em seus parágrafos 1º e 2º, estabelece o artigo que "a criança e o adolescente, portadores de deficiência receberão atendimento especializado" e que "incumbe ao Poder Público fornecer gratuitamente àqueles que necessitarem os medicamentos, próteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação".

Diante do exposto e considerando a relevância do assunto, solicito aos nobres Deputados, para acatarem a presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 505/07

Cria no âmbito do Estado de Santa Catarina, o Programa Estadual de Geração de Emprego a portador de deficiência física.

Art. 1º Fica criado no âmbito do Estado de Santa Catarina, o Programa Estadual de Geração de Emprego a portador de deficiência física.

Parágrafo único. O programa referido no *caput* será desenvolvido em parceria entre o Poder Público estadual, municipal e as empresas instaladas em território catarinense.

Art. 2º As empresas que aderirem ao programa, na forma estabelecida em regulamento, serão beneficiadas com incentivos fiscais, que variarão de acordo com o percentual de vagas preenchidas em seu quadro funcional por portador de deficiência física.

Parágrafo único. Os incentivos referidos no *caput* deste artigo darão à empresa direito a desconto sobre créditos tributários devidos ao governo estadual.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Dagomar Carneiro

Lido no Expediente
Sessão de 16/10/07

JUSTIFICATIVA

A presente proposta visa incentivar a inserção do portador de deficiência física no mercado de trabalho.

Antigamente, o portador de deficiência física era sinônimo de incapacidade, sendo relegado ao esquecimento, merecedor de piedade e compaixão por parte da sociedade.

Atualmente, está comprovado que possuem capacidade e são tão competentes como qualquer outro, e, em muitos casos, mais brilhantes e talentosos devido à sua dedicação.

É certo que a maioria dos portadores de deficiência física não possuem acesso ao mercado de trabalho, sendo que o incentivo fiscal proposto por parte do Estado, certamente vai alterar este quadro.

Embora existindo legislação federal - Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que prevê a reserva de vaga para portador de deficiência física, muitas vezes a vaga não é preenchida devido à falta de qualificação dos candidatos, que certamente só virá com o tempo, ou seja, a real oportunidade de trabalho.

Certo do grande alcance social da presente proposição, solicito o apoio dos nobres pares, com o que conto com sua aprovação.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 506/07

Dispõe sobre a assistência especial a ser concedida às parturientes cujos filhos recém-nascidos sejam portadores de deficiência.

Art. 1º Os hospitais e maternidades estaduais prestarão assistência especial às parturientes cujos filhos recém-nascidos apresentem qualquer tipo de deficiência ou patologia crônica que implique tratamento continuado, constatada durante o período de internação para o parto.

Art. 2º A assistência especial prevista nesta Lei consistirá, basicamente, na prestação de informações por escrito à parturiente, ou a quem a represente, sobre os cuidados a serem tomados com o recém-nascido por conta de sua deficiência ou patologia, bem como no fornecimento de listagem das instituições, públicas e privadas, especializadas na assistência a portadores da deficiência ou patologia específica.

Parágrafo único. Igual conduta deverá ser adotada pelos médicos pediatras do Estado, efetivos ou contratados, quando constatarem deficiências ou patologias nas crianças consultadas.

Art. 3º O Poder Executivo, por seus órgãos competentes, adotará medidas necessárias para a consecução dos objetivos desta Lei, especialmente no que se refere à listagem das instituições especializadas.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Dagomar Carneiro

Lido no Expediente
Sessão de 16/10/07

JUSTIFICATIVA

Apresento à consideração dos Nobres Pares projeto de lei que dispõe sobre a prestação de assistência especial para as parturientes cujos filhos recém-nascidos sejam portadores de deficiência.

Entende este Parlamentar que a iniciativa de lei acima reportada, uma vez transformada em lei, será de grande utilidade à parturiente e aos familiares, pois receberão as informações básicas necessária sobre os cuidados para com o recém-nascido portador de deficiência ou patologia crônica, incluindo-se uma relação com os nomes das instituições, públicas e privadas, especializadas na assistência a esses casos.

A matéria toma dimensão maior em importância quando a parturiente provém de família desprovida, ou de poucos recursos financeiros.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 507/07

Institui o Dia Estadual de Combate ao Diabetes.

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual do Combate ao Diabetes, a ser comemorado, anualmente, no dia 14 de novembro, que passará a integrar o Calendário de Eventos do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Nessa data, serão realizadas atividades em conjunto com o Poder Executivo Estadual e as entidades representativas, visando a conscientização e a prevenção do diabetes.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Dagomar Carneiro

Lido no Expediente
Sessão de 16/10/07

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que "Institui o Dia Estadual de Combate ao Diabetes", a ser comemorado, anualmente, no dia 14 de novembro.

Com isto, pretende-se que na data estabelecida o Poder Executivo Estadual, em conjunto com as demais entidades que se relacionam com a prevenção, o combate e o tratamento dessa doença, realize atividades visando a conscientização da população sobre os malefícios causados ao ser humano pelo diabetes, ensinando formas de prevenção e de combate.

Diabetes mellitus é uma doença crônica que afeta todo o organismo e que, se não for bem controlada, pode desencadear severas complicações agudas e crônicas, causando, na maioria das vezes, mortes prematuras e incapacidades físicas temporárias e permanentes.

São extremamentes elevados os custos socioeconômicos, diretos e indiretos, advindos do tratamento do diabetes e de suas seqüelas.

Segundo o Ministério da Saúde, atualmente existem 5 milhões de diabéticos no Brasil, sendo que cerca de 300 mil têm menos de 15 anos de idade.

O *Diabetes mellitus* é um sério problema de Saúde Pública em nosso país e urge que sejam implementadas ações preventivas e de controle.

O Dia 14 de novembro foi estabelecido pela Organização Mundial da Saúde e pela Federação Internacional de Diabetes, como o "Dia Mundial do Diabetes". Este dia também foi instituído pelo Ministério da Saúde como o "Dia Nacional do Diabetes", como o dia-símbolo da luta contra essa doença.

Com a aprovação da presente iniciativa de lei, Santa Catarina passa a integrar oficialmente esse esforço nacional e internacional no combate e prevenção dessa doença.

Ante a importância desta iniciativa para a sociedade catarinense, espero contar com o apoio dos demais Parlamentares que integram este Poder, para a sua aprovação.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 508/07

Institui o Programa de Moradia Funcional aos servidores ativos da Polícia Militar e Polícia Civil, no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituído no Estado de Santa Catarina o Programa de Moradia Funcional - PMF, para servidores ativos da Polícia Militar e Polícia Civil.

§ 1º O Programa referido no *caput* tem como objetivo a construção de casas, apartamentos e/ou conjuntos residenciais, destinados à moradia de servidores da área de segurança, na ativa, lotados nos municípios do Estado de Santa Catarina.

§ 2º A utilização dos locais será exclusiva dos servidores em atividade no município, devendo ser imediatamente desocupados em caso de transferência ou aposentadoria.

Art. 2º Para implementação do Programa o Estado poderá conveniar ou consorciar-se com municípios, União, Conselhos Comunitários de Segurança - Conseg, iniciativa privada, órgãos e governos internacionais e/ou outros.

Art. 3º Para execução do Programa, além das dotações orçamentárias próprias do Estado, poderão serem utilizados recursos do Fundo de Melhoria da Polícia Civil, instituído pela Lei nº 13.239, de 27 de dezembro de 2004, Fundo para Melhoria da Segurança Pública, instituído pela Lei nº 8.451, de 11 de dezembro de 1991, e alterações, Fundo de Melhoria da Polícia Militar, instituído pela Lei nº 9.383, de 17 de dezembro de 2003, repasses, convênios ou doações da União, dos municípios, dos Conselhos Comunitários de Segurança - Conseg, iniciativa privada, órgãos e governos internacionais e/ou outros.

Art. 4º. Além dos recursos previstos no art. 3º, o governo estadual poderá utilizar as áreas ociosas da Polícia Militar, decorrentes da desativação de unidades no interior dos municípios, para venda ou permuta com objetivo de construção ou aquisição de unidades habitacionais para moradia funcionais.

Parágrafo único. A utilização da receita decorrente da venda ou a permuta prevista no *caput* deste artigo, somente poderá ser utilizada para aquisição ou construção de moradia funcional no município que originou a receita.

Art. 5º Cabe à Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão prestar o assessoramento técnico, financeiro e administrativo ao Programa Moradia Funcional.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Dagomar Carneiro

Lido no Expediente
Sessão de 16/10/07

JUSTIFICATIVA

Esta proposta de lei objetiva a fixação e a inserção do agente de segurança na comunidade onde está lotado, o que se traduz numa maior confiança e segurança à população derivadas do contato cotidiano com o policial.

Ações exitosas de municípios que criaram programas específicos em nível municipal, propiciando condições de moradia aos servidores da área de segurança, são indicativos claramente positivos na efetividade do programa na redução da criminalidade.

A convivência do agente no seio da comunidade, além de propiciar maior segurança e confiança à população, oportuniza-lhe conhecimento localizado da microrregião, contribuindo inclusive para o serviço de investigação e identificação de focos de criminalidade, agilizando o processo de segurança preventiva e evitando a proliferação do processo de marginalização e tráfico de entorpecentes.

A construção de moradias nos municípios de forma descentralizada, em vilas e bairros, resulta numa maior segurança à microrregião e em redução da criminalidade.

A implantação do Programa serve de incremento no aumento do efetivo em pequenos municípios, atualmente com números inferiores ao mínimo necessário.

A fixação do agente no município, no qual está lotado, incrementará a economia local, pois, não raras vezes, os agentes permanecem residindo em seu município de origem, onde possuem imóveis ou locação mais barata.

Cumpre salientar que nenhuma ação de combate à criminalidade será plenamente exitosa se não propiciar ao agente executor da segurança condições mínimas de moradia à sua família, oportunizando-lhe tranqüilidade para o desenvolvimento de suas tarefas. Qualquer atividade tem no ser humano seu principal valor, e os agentes de segurança pública são submetidos em tempo integral a uma carga elevada de pressão, pois estão sujeitos a qualquer momento a terem que dispor de sua vida pessoal em defesa do coletivo.

A implementação do Programa proposto, se efetivado por meio de parcerias entre entidades governamentais ou com parcerias públicas privados, permitirá alavancar ações efetivas na redução da criminalidade.

A utilização de recursos do Fundo de Melhoria da Polícia Civil, instituído pela Lei nº 13.239 de 27 de dezembro de 2004, do Fundo para Melhoria da Segurança Pública, instituído pela Lei nº 8.451, de 11 de dezembro de 1991, e do Fundo de Melhoria da Polícia Militar, instituído pela Lei nº 9.383, de 17 de dezembro de 2003, em nada fere os objetivos genéricos dos mesmos.

Por derradeiro, a utilização de áreas ociosas da Polícia Militar, situação corriqueira no Estado, decorrente de desativações de unidades que se tornaram obsoletas, as quais estão sujeitas a depredação, além de atender aos interesses institucionais de recuperação do patrimônio público, reverterá em benefícios em favor da segurança atendendo ao seu princípio original.

Certo do grande alcance social da presente proposição, solicito o apoio dos nobres Pares, e que conto com sua aprovação.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 509/07

Altera a redação do art. 6º, da Lei n.º 13.721, de 16 de março de 2006, que "Autoriza o Poder Executivo a delegar serviços públicos na área de trânsito e estabelece outras providências".

Art. 1º O art. 6º da Lei n.º 13.721, de 16 de março de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º As delegações de serviços públicos previstas no art. 1º desta Lei, que estiveram em vigor em caráter precário e por prazo indeterminado até a data de 30 de agosto de 2007, permanecerão válidas até 31 de dezembro de 2010, período em que deverão ser realizados os levantamentos e as avaliações indispensáveis à organização das licitações os quais precederão à outorga das permissões ou concessões que as substituirão."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jorginho Mello

Lido no Expediente
Sessão de 16/10/07

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada apreciação de Vossas Excelências o Projeto de Lei anexo tendente a alterar a redação do art. 6º da Lei n.º 13.721, de 16 de março de 2006, que "Autoriza ao Poder Executivo a delegar serviços públicos na área de trânsito e estabelece outras providências."

Hoje, inúmeros Centros de Formação de Condutor estão encerrando suas atividades em função do não cumprimento por parte do Poder Executivo do disposto no art. 6º da Lei n.º 13.721/06.

Em virtude disso, os cidadãos estarão sujeitos a pagar por um novo curso ou terão que se deslocar para outro Centro de Formação de Condutor, localizado em município diverso do seu, o que os acarretaria maiores gastos.

Assim sendo, solicito aos nobres Pares a aprovação do presente Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 058/07
ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete da Presidência

Ofício n. 717/07 - GP Florianópolis, 24 de setembro de 2007.

À Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual JÚLIO CESAR GARCIA
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Nesta
Assunto: Anteprojeto de Lei Complementar

Senhor Presidente,

Com os meus cordiais e respeitosos cumprimentos, sirvo-me do presente para solicitar os préstimos de Vossa Excelência, no sentido de providenciar o trâmite em regime de urgência do Projeto de Lei Complementar que transforma, cria e extingue cargos nos quadros da magistratura e dos serviços auxiliares do Poder Judiciário estadual.

Colocando-me a seu dispor para esclarecimentos adicionais, aproveito para renovar protesto de elevada consideração e apreço.

Desembargador Pedro Manoel Abreu
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 16/10/07

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

A estrutura judiciária de Santa Catarina, no que pertine à classificação das entrâncias, é assim constituída:

I - entrância especial;
II - entrância final;
I I I - entrância intermediária; e
IV - entrância inicial.

Tal situação decorre da alteração em sua divisão e organização promovida pela Lei Complementar nº 160, de 19 de dezembro de 1997, com o agrupamento das antigas 1ª e 2ª entrâncias na atual entrância inicial; da transformação da 3ª entrância em entrância intermediária; e, por fim, da divisão da 4ª entrância, em que 12 (doze) Comarcas passam a compor a entrância final e, apenas uma delas - a Comarca da Capital -, a entrância especial.

Nos últimos 10 (dez) anos, verificou-se, entretanto, significativo crescimento dos Municípios que integram as Comarcas de Joinville, Blumenau, Chapecó, Criciúma, Itajaí, Lages, São José, Palhoça, Balneário Camboriú, Jaraguá do Sul e Gaspar. O que é evidenciado pelo aumento do seu eleitorado e de sua receita tributária. Esse incremento veio acompanhado de elevada majoração da demanda forense, a qual culminou, inclusive, com a instalação de inúmeras Unidades Judiciárias em todo o Estado (Comarcas e Varas), mais precisamente a partir do ano de 2003.

Dentre as informações levantadas pela Assessoria de Planejamento deste Tribunal de Justiça, no Processo Administrativo nº 274016-2007.8 originário desta proposta, observam-se os dados sobre o recente movimento forense nas Comarcas de Blumenau, Criciúma, Joinville, Lages,

Chapecó, Balneário Camboriú, Itajaí e São José, as quais, ao lado da Comarca da Capital, são as que mais contribuíram para o número de julgados no período de 1º de janeiro a 30 de abril do corrente ano, conforme a tabela abaixo:

Comarca	Julgados cíveis	Julgados criminais	Total
Capital	4.512	295	4.807
Blumenau	1.713	128	1.841
Criciúma	1.622	147	1.769
Joinville	1.116	159	1.275
Lages	767	92	859
Chapecó	627	188	815
Bal. Camboriú	690	101	1791
Itajaí	627	126	753
São José	630	109	739

Frise-se que todos as Comarcas referenciadas têm significativa extensão territorial e apresentaram expressivo crescimento em sua receita tributária, assim como no número de seus eleitores.

Tendo como referência tais aspectos e atendendo ao anseio da Magistratura e às expectativas da Comunidade Jurídica, sobretudo na manutenção de juízes mais experientes nas comarcas de grande porte e na possibilidade de sua ascensão diretamente ao Tribunal de Justiça, decidiu-se pela elevação, para a entrância especial, das Comarcas de Joinville, Blumenau, Chapecó, Criciúma, Itajaí e Lages ao mesmo patamar da Capital.

Outrossim, diante de sua expressão, para a entrância final rumaram as Comarcas de São José, Palhoça, Balneário Camboriú e Jaraguá do Sul.

Finalmente, Gaspar seguiu à entrância intermediária.

Importante salientar que aludida reclassificação restou implementada por ato normativo do Tribunal de Justiça, ou seja, por meio da

Resolução nº 36/07-TJ, em face da delegação outorgada pela Augusta Assembléia Legislativa e fruto do que dispõe o artigo 4º da Lei Complementar nº 339, de 8 de março de 2006 - Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina, que reza:

"Art. 4º A instalação, classificação, funcionamento, elevação, rebaixamento, desdobramento, agregação, alteração e extinção das unidades de divisão judiciária referidas no caput do artigo anterior depende de resolução do Tribunal Pleno, que observará:

I - a extensão territorial;

II - o número de habitantes e de eleitores;

III - a receita tributária;

IV - o movimento forense; e

V - os benefícios de ordem funcional e operacional em relação aos custos da descentralização territorial da unidade judiciária."

Os requisitos para a reclassificação foram integralmente atendidos, mas, para que a mudança se efetive no plano jurídico, **é indispensável a edição de lei para adequação dos respectivos cargos de Juiz de Direito.**

É este o objetivo do artigo 1º do presente projeto.

O artigo 2º, por sua vez, visa a criação de um grupo de 50 cargos de Juiz Especial, entrância por entrância, a saber:

I - 20 (vinte) cargos de Juiz Especial, na entrância especial;

II - 15 (quinze) cargos de Juiz Especial, na entrância final;

III - 10 (dez) cargos de Juiz Especial, na entrância intermediária;

IV - 5 (cinco) cargos de Juiz Especial, na entrância inicial.

A medida, de caráter inovador, encontra amparo na Constituição do Estado de Santa Catarina, em seu artigo 88, § 2º, o qual prevê a possibilidade da criação de cargos de Juiz Especial para atuação em Comarca ou Vara de expressivo movimento forense.

Consoante dispõe o artigo 34 da Lei Complementar nº 339, de 8 de março de 2006, é da competência do Juiz Especial

I - substituir os Juízes de Direito em suas férias, licenças e afastamentos;

II - integrar Juizados Especiais e Turmas de Recursos;

III - responder, com competência plena, pelas Varas Regionais e Comarcas que integrarem a Circunscrição Judiciária em cuja sede esteja lotado;

IV - exercer cooperação com os Juízes titulares; e

V - compor grupos de apoio a unidades de divisão judiciária com acúmulo de serviço forense, sob a orientação do Corregedor-Geral de Justiça.

Neste contexto, sobressai como relevante órgão de substituição e cooperação permanente na Justiça de Primeiro Grau, com a nítida vantagem de já se encontrar incorporado e estabilizado na carreira da Magistratura.

Por tal motivação, deve o Poder Judiciário catarinense fazer uso efetivo dessa importante figura, até para possibilitar a atuação conjugada de dois ou mais Juízos; todos em uma única estrutura cartorária, como verificado na Unidade de Direito Bancário da Comarca da Capital.

Ressalte-se, igualmente, que situações crônicas poderão ser solvidas com a distribuição e o provimento de cargos de Juiz Especial, com a velocidade necessária para tornar verdadeiramente efetiva e eficaz a prestação jurisdicional. Por conta da aprovação de referidos cargos, está prevista a extinção gradativa de 26 (vinte e seis) cargos de Juiz Substituto.

Em face da criação de novos cargos de Juiz Especial, há a necessidade de constituir sua assessoria, o que fica assegurado pelo artigo 4º.

Com tais mudanças, pretende o Judiciário catarinense elevar os seus níveis de performance para atender, de modo real, os ditames constitucionais que conferem direito a uma Justiça rápida e eficiente, para assegurar aos jurisdicionados a qualidade dos serviços prestados e uma razoável duração dos processos.

Ressalte-se, ademais, a declaração de suficiência de recursos orçamentários para suportar esses novos investimentos.

Por todo o exposto encaminhamos o presente Projeto de Lei à elevada consideração dos membros da Egrégia Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, pugnando pela sua aprovação.

Por derradeiro, roga-se pela sua tramitação em **regime de urgência, tendo-se em** vista a premente necessidade de movimentação na carreira da Magistratura e melhoria do atendimento jurisdicional em toda Santa Catarina.

TIPO: RESOLUÇÃO Nº 36/07-TJ
ORIGEM: TJ
DATADA ASSINATURA: 17.09.2007.
PRESIDENTE: DES. PEDRO MANOEL ABREU
PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO N. 296 PÁG 01 DATA: 24.09.2007.
OBS.: Eleva de entrância as Comarcas de Joinville, Blumenau, Chapecó, Criciúma, Itajaí, Lages, São José, Palhoça, Balneário Camboriú, Jaraguá do Sul e Gaspar.
VIDE: Resolução n. 08/07-TJ

RESOLUÇÃO N. 36/07-TJ

Eleva de entrância as Comarcas de Joinville, Blumenau, Chapecó, Criciúma, Itajaí, Lages, São José, Palhoça, Balneário Camboriú, Jaraguá do Sul e Gaspar.

O Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, por seu Tribunal Pleno, considerando,

- a divisão judiciária estabelecida pela Resolução n. 8/2007-TJ, que cria 3 (três) Subseções Judiciárias, com sedes na Capital, em Joinville e em Chapecó;

- a extensão territorial, o crescente número de habitantes, expresso, até mesmo, na majoração de seu eleitorado, como também a forte receita tributária dos Municípios que integram as Comarcas de Joinville, Blumenau, Chapecó, Criciúma, Itajaí, Lages, São José, Palhoça, Balneário Camboriú, Jaraguá do Sul e Gaspar;

- o alto movimento forense dessas Comarcas, com a conseqüente concentração de várias Unidades Judiciárias; e

- o disposto no artigo 4º da Lei Complementar n. 339 de 8 de março de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º As Comarcas de Joinville, Blumenau, Chapecó, Criciúma, Itajaí, Lages, São José, Palhoça, Balneário Camboriú, Jaraguá do Sul e Gaspar são elevadas de entrância:

I - as Comarcas de Joinville, Blumenau, Chapecó, Criciúma, Itajaí e Lages, da entrância final para entrância especial;

II - as Comarcas de São José, Palhoça, Balneário Camboriú e Jaraguá do Sul, da entrância intermediária para entrância final;

III - a Comarca de Gaspar, da entrância inicial para entrância intermediária.

Art. 2º A transformação dos cargos de Juiz de Direito das Comarcas elevadas será estabelecida por lei.

Parágrafo único. Aos atuais ocupantes dos cargos são garantidas a posição na carreira da magistratura e a permanência em sua atual lotação até futura movimentação funcional, respeitando-se, ainda, o direito de opção previsto no artigo 52 da Lei Complementar n. 367, de 7 de dezembro de 2006.

Art. 3º Os casos omissos serão resolvidos pelo Tribunal Pleno.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 17 de setembro de 2007.

DESEMBARGADOR PEDRO MANOEL ABREU

PRESIDENTE

RECLASSIFICAÇÃO DE ENTRÂNCIAS

Situação pretérita - 1979/1997

Lei nº 5.624/79 a Lei Complementar nº 109/94

- **1ª Entrância - 33 Comarcas**
- **2ª Entância - 20 Comarcas**
- **3ª Entrância - 22 Comarcas**
- **4ª Entrância - 13 Comarcas**

88 Comarcas instaladas

Alteração - 1997

Lei Complementar nº 160/97

- **1ª (+) 2ª Entrâncias = Entrância Inicial**
- **3ª Entrância = Entrância Intermediária**
- **4ª Entrância (-) Capital = Entrância Final**
- **Capital = Entrância Especial**

Situação atual - 1997/2007

Leis Complementares nº 160/97 e 181/99

- **Entrância Inicial - 76 Comarcas**
- **Entrância Intermediária - 21 Comarcas**
- **Entância Final - 12 Comarcas**
- **Entância Especial - 1 Comarca**

110 Comarcas instaladas

Situação atual - 1997/2007

Entrância Inicial

Abelardo Luz - Anchieta - Anita Garibaldi - Araquari - Armazém - Ascurra - Barra Velha - Bom Retiro - Braço do Norte - Camboriú - Campo Belo do Sul - Campo Eré - Capinzal - Capivari de Baixo - Catanduvas - Coronel Freitas - Correia Pinto - Cunha Porá - Descanso - Dionísio Cerqueira - Forquilhinha - Fraiburgo - Garopaba - Garuva - Gaspar - Guaramirim - Herval do Oeste - Ibirama - Içara - Imaruí - Imbituba - Ipumirim - Itá - Itaiópolis - Itapema - Itapiranga - Itapoá - Jaguaruna - Lauro Müller - Lebon Régis - Maravilha -

Situação atual - 1997/2007

Entrância Inicial

Modelo - Mondaí - Navegantes - Orleans - Otacílio Costa - Palmitos - Papanduva - Balneário Piçarras - Pinhalzinho - Pomerode - Ponte Serrada - Porto Belo - Presidente Getúlio - Quilombo - Rio do Campo - Rio do Oeste - Rio Negrinho - Santa Cecília - Santa Rosa do Sul - Santo Amaro da Imperatriz - São Carlos - São Domingos - São João Batista - São José do Cedro - São Lourenço do Oeste - Seara - Sombrio - Taió - Tangará - Trombudo Central - Turvo - Urubici - Urussanga - Xaxim

Situação atual - 1997/2007

Entrância Intermediária

Araranguá - Balneário Camboriú - Biguaçu - Caçador - Campos Novos - Canoinhas - Indaial - Jaraguá do Sul - Laguna - Mafra - Palhoça - Porto União - São Bento do Sul - São Francisco do Sul - São Joaquim - São José - São Miguel do Oeste - Tijucas - Timbó- Videira- Xanxerê

Situação atual - 1997/2007

Entrância Final

Blumenau - Brusque - Chapecó - Concórdia - Criciúma - Curitibanos - Itajaí - Joaçaba - Joinville - Lages - Rio do Sul - Tubarão

Situação atual - 1997/2007

Entrância Especial

Capital

Magistratura - 2007

Distribuição na carreira*

- **Juiz Substituto - 126 cargos**
- **Juiz de Direito de E. Inicial - 96 cargos**
- **Juiz de Direito de E. Intermediária - 72 cargos**
- **Juiz de Direito de E. Final - 94 cargos**
- **Juiz de Direito de E. Especial - 51 cargos****

(') induídos os vagos e os pendentes de instalação de Vara/Juizo

("") induídos os 18 Juízes de Direito de Segundo Grau

Proposta - 2007

Ajuste pontual: elevação de entrância

- **1 Comarca para Entrância Intermediária**
- **4 Comarcas para Entrância Final**
- **6 Comarcas para Entrância Especial**

Proposta - 2007

Elevação de entrância

- **Entrância Intermediária**

Gaspar

+ 1 Comarca

Proposta - 2007

Elevação de entrância

- **Entrância Final**

Balneário Camboriú - Jaraguá do Sul - Palhoça - São José

+ 4 Comarcas

Proposta - 2007

Elevação de entrância

- **Entrância Especial**

Blumenau - Chapecó - Criciúma - Itajaí - Joinville - Lages

+ 6 Comarcas

Proposta - 2007

Distribuição por entrância

- **Entrância Inicial - 75 Comarcas**
- **Entrância Intermediária - 18 Comarcas**
- **Entrância Final - 10 Comarcas**
- **Entrância Especial - 7 Comarcas**

110 Comarcas instaladas

Magistratura - 2007

Repercussão da alteração na carreira*

- **Juiz Substituto - 100 cargos**
- **Juiz de Direito de E. Inicial - 97 cargos**
- **Juiz de Direito de E. Intermediária - 58 cargos**
- **Juiz de Direito de E. Final - 69 cargos**
- **Juiz de Direito de E. Especíal - 139 cargos****

(*) Incluidos os vagos e os pendentes de instalação de Vara/Juizo

(**) incluídos os 18 Juízes de Direita de Segundo Grau

Magistratura - 2007

Repercussão da alteração na carreira

- **Garantia à posição na carreira**
- **Permanência em sua lotação atual até futura movimentação funcional**
- **Direito de opção - art. 52, da LC nº 367/2006**

Magistratura - 2007

Reflexo da alteração no subsídio

- **TJSC = Desembargador (100%)**
- **Entrância Especial (-10%)**
- **Entrância Final (-5%)**
- **Entrãncia Intermediária (-5%)**
- **Entrância Inicial (-5%)**
- **Início de carreira = Juiz Substituto (-5%)**

Inexistência de alteração na política remuneratória

No futuro, a compactação ...

Compactação e reflexos na carreira/subsídio

- **TJSC = Desembargador (100%)**
- **Nível 3 = E. Especial (-10%)**
- **Nível 2 = E. Final (-5%)**
- **Nível 1 = E. Inicial (+) E. Intermediária (-5%)**
- **Início da carreira = Juiz Substituto (-10%)**

Agrupamento das Entrâncias Inicial e Intermediária, com repercussão remuneratória apenas para a Inicial

RECLASSIFICAÇÃO DE ENTRÂNCIAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

DIVISÃO DE REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS

Processo: 274016-2007.8

Parte: Gabinete da Presidência

Assunto: reclassificação de entrãncias.

Estimativa da despesa do anteprojeto de Lei Complementar (fl. 05 e 06) e dados de fl. 14 e 15.

EFEITOS: itens 1 a 3 a contar de junho/2007; itens 4 a 8 a contar de agosto/2007; todos com inclusão de férias e 13º.

1. Diferenca Juiz de entrância final para especial - art. 1º, inc. I - nº de cargos (fl. 14):			33
Exercício	WF 3.1.90.11	Obrigações Patronais 3.1.90.13	Total - R$
2007	307.337,53	28.894,98	336.232,51
2008	487.931,16	46.954,34	534.885,51
2009	487.931,16	46.954,34	534.885,51

2. Diferença Juiz de entrãncia intermediária para final - art.1º, inc.II - nº de cargos (fl. 15):			21
Exercício	WF 3.1.90.11	Obrigações Patronais 3.1.90.13	Total - R$
2007	186.016 82	17.488,76	203.505,58
2008	295.321,57	28.419,24	323.740,81
2009	295.321,57	28.419,24	323.740,81

3. Diferença Juiz de entrãncia final para intermediária - art.1º, inc.III - nº de cargos (fl. 15):			4
Exercício	WF 3.1.90.11	Obrigações Patronais 3.1.90.13	Total - R$
2007	33.610,52	3.159,96	36.770,48
2008	53.360,28	5.134.94	58.495.22
2009	53.360,28	5.134,94	58.495,22

4. Criação de cargos de Juiz Especial, na entrãncia especial - art. 2º, inc. I - nº de cargos:			20
Exercício	WF 3.1.90.11	Obrigações Patronais 3.1.90.13	Total - R$
2007	2.718.357,08	262.681,65	2.981.038,73
2008	5.914.317,15	569.143,58	6.483.460,73
2009	5.914.317,15	569143,58	6.483.460,73

5. Criação de cargos de Juiz Especial, na entrãncia final - art. 2º, inc. II - nº de cargos:			15
Exercício	WF 3.1.90.11	Obrigações Patronais 3.1.90.13	Total - R$
2007	1.936.829,42	187.160,68	2.123.990,09
2008	4.213.950,97	405.514,80	4.619.465,77
2009	4.213.950,97	405.514,80	4.619.465,77

274016 reclassificação entrâncias.xls

ESTADO DE SANTA CATARINA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

DIVISÃO DE REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS

Processo: 274016-2007.8

Parte: Gabinete da Presidência Assunto: reclassificação de entrãncias.

6 Criação de cargos de Juiz Especial, na entrãncia intermed. - art. 2º, inc. III - nº de cargos:			10
Exercício	WF 3.1.90.11	Obrigações Patronais 3.1.90.13	Total - R$
2007	1.226.583,12	118.527,80	1.345.110,92
2008	2.668.671,33	256.810,23	2.925.481,56
2009	2.668.671,33	256.810,23	2.925.481,56

7. Criação de cargos de Juiz Especial, na entrãncia inicial - art. 2º, inc. IV - nº de cargos:	5

Exercício	WF 3.1.90.11	Obrigações Patronais 3.1.90.13	Total - R$
2007	582.634,53	56.301,43	638.935,97
2008	1.267.635,31	121.986,44	1.389.621,75
2009	1.267.635,31	121.986,44	1.389.621,75

8. Criação de cargos de Assessor Judiciário - art. 4º - nº de cargos: 50

Exercício	WF 3.1.90.11	Auxílio-Alimentação 3.3.90.46	Obrigações Patronais 3.1.90.13	Total - R$
2007	409.616,63	150.000,00	117.519,49	677.136,13
2008	1.217.285,42	360.000,00	331.229,94	1.908.515,36
2009	1.217.285,42	360.000,00	331.229,94	1.908.515,36

TOTAL

Exercício	WF 3.1.90.11	Auxílio-Alimentação 3.3.90.46	Obrigações Patronais 3.1.90.13	Total - R$
2007	7.400.985,64	150.000,00	791.734,76	8.342.720,40
2008	16.118.473,20	360.000,00	1.765.193,50	18.243.666,70
2009	16.118.473,20	360.000,00	1.765 193,50	18.243.666,70

EXTINÇÃO DE 26 CARGOS DE JUIZ SUBSTITUTO - art. 3º

Elemento de Despesa	WF 3.1.90.11	Obrigações Patronais 3.1.90.13	Total - R$
Valor de um cargo/mês	16.209,76	1.620,98	17.830,73
Valor de 26 cargos/mês	421.453,69	42.145,37	463.599,06

DRB, em 29/05/07
Silvano do Amaral
Chefe de Divisão
274016 reclassificação entrâncias.xls
Processo 274016-2007.8
Informo a existência de disponibilidade orçamentária para a implementação do objeto proposto, condicionado ao remanejamento de recursos do elemento 319016 da Ação 4345, tendo como destinos os elementos 319011, no valor de R$ 2.511.263,19, e 319113, no valor de R$ 519.962,42.

Critério Orçamentário

Objeto	P/A	Elem. despesa	Valor Orçado	(-) Projelção até dezembro	(=) Saldo de Projeção	(-) Desp. comprometidas	(_) Disponibi-lidade Orçamentária	PC	Valor a comprometer	Exerc.
Projeto de reclassificação de entrâncias (VVF)	4345	319011	291.101.119,00	280.587.771,71	10.513.347,29	5.623.624,84	**4.889.722,45**	1035	**7.400.985,64**	2007
Projeto de reclassificação de entrâncias (aux.-alimentação)	4345	339046	33.218.164,00	31.838.163,35	1.380.000,65	0,00	**1.380.000,65**	1036	**150.000,00**	2007
Projeto de reclassificação de entrâncias (obrigações patronais)	4345	319113	28.087.733,00	27.815.960,66	271.772,34	0,00	**271.772,34**	1037	**791.734,76**	2007

Obs.: As despesas do Sisproject, com implementação prevista para o corrente exercício, não estão aqui consideradas, conforme planilha no verso.
Divisão de Orçamento, 1 de junho de 2007.
Patricia Terezinha Ulysséa
Chefe da Divisão de Orçamento, e.e.
Senhor Diretor:
Informo a Vª Senhoria que os recursos financeiros do Tribunal de Justiça, advindos dos repasses do Tesouro do Estado, suportam a efetivação da presente despesa, desde que realizada a adequação indicada pela Div. de Orçamento.
Contudo, à elevada consideração de Vossa Senhoria.

Divisão de Tesouraria, 1 de junho de 2007.
Adriano Vidal Pereira
Chefe da Divisão de Tesouraria, e.e.
De acordo.
À consideração do Senhor Diretor Geral Administrativo
Em 01/06/2007.
Ivan Bertoldi
Diretor, e.e.
De acordo
Des. PEDRO MANOEL ABREU
Presidente

DEMONSTRATIVO DA VERBA DE PESSOAL - ANO 2007

	PAGO							
Elementos	Empenhado		junho a dezembro(1)	Férias	13º	SISPROJECT(2)	Férias/2008	SOMA
Sal -Fam (09)	439,79	77,61	588.27					588.27
Vencim.(11)	108.210.520,54	20928.207,71	1.148.471.799,90	4.097.270,41	15 808.180,85	21.116.928,00	4.000 000,00	172.377.251,17
Abono (rub 608)								
Férias (319011.44 e 46)	1.902.216,78	424.058,95						
13º(31901 1.43)	61 .244,06	9.096,23						
Subtot	106.247.059,70	20.495.052,53						
Mag		8.218.133,03						
Serv		12.276.919,50						
Obr.Patr.(13)	9.343.162,26	1.990.650,63	16.539.414,77	397.961,11	1.535.422,52	2.328.055,00		18.472.798,40
INSS Comiss (13)	1.317.591,69	340.719,46	2.830.883,72					2.830.883,72
Desp.Var (16)	5.391.772,76	920.475,63	7.647.815,24			228.485:00		7.647.815,24
Terceirização(34)	-	-	-					-
Des Ex A (92)	806.239,69	170.007,96	37.637,71					37.637,71
Restos a Pagar	160.000,00	-	-					-
Indeniz.Trab (94)	29.695,03	3.689,93	30.657,96					30.657,96
Benef. As.(08)	617 567,21	119.886,26	996.080,65					996.080.65
Pess. Física(36)	2.215.836,76	468.175,85	3.277.230,95					3.277.230,95
Pess Jurídica(39)	208.037,81	38.613,02	270.291,14					270 291,14
Aux -alim (46)	13.239.395,12	2.656.966,89	18.598.768,23			1.750.000,00		18.598.768,23
Indenlz.(93)	1.419.179,95	210.849,56	1.751.853,53					1.751.853,53
Desp Var (16)	-	-	-					
Aposentadoria(t)	25.887.957,80	4.808.215,04	34.1-15.817,18		5.865.152,06	9.692.064,90		40.010.969,24
Abono (rub 608)								
13.º	-							
Subtot	25.887.957,80	4.808.215,04						
Restos a Pagar	350.000,00	-						
Obr.Patr.(13)	178.758,57	37.870,36	265.092,52		46.194,98			311 287,50
Benef. As (OB)	38.544,79	-						-
Sal.-Fam.(09)	569,14	51,74	362,18					362,18
Aux-alim.(46)	825.900,00	166.200,00	1.163.400,OC			1.70.000,00		1.163.400,00
Des Ex.A (92)	8.319,74	-	-					
SOMA	169.739.488,65	32.860.657,65	236.027.693,96	4.495.231,53	23.254.950,42	35.285.532,00	4.000.000,00	267.777.875,90

Elementos	VALOR ORÇADO	PROJEÇAO até 12/2007	VALOR A PAGAR	SALDO	SUPERÁVIT DÉFICIT
Sal.-Fam.At.(09)	19.500,00	1.028,06	588,27	19.060,21	18.471,94
Vencim.(11)	291.101.119,00	280.587.771,71	172.377.251,17	182.890.598,46	10.513.347,29

Obr.Patr.(13)	28.087.733,00	27.815.960,66	18.472.796,40	18.744.570,74	271.772,34
INSS Comiss. (13)	3.500.000,00	4.148.475,41	2.830.883,72	2.182.408,31	(648.475,41)
Desp Var.(16)	17.403.486,00	13.039.588,00	7.647.815,24	12.011.713,24	4.363.898,00
Terceirização(34)	-	-	-	-	-
Des.Ex.A (92)	2.000.000,00	843.877,40	37.637,71	1.193.760,31	1.156.122,60
Restos a Pagar	160 000,00	160.000,00	-	-	-
Indenlz Ti ab.(94)	70.000,00	60.352,99	30.657,96	40.304,97	9.647,01
Benef. As (08)	1.322.500,00	1.613.647,86	996.080,65	704.932,79	(291.147,86)
Pess Física(36)	5.793.488,00	5.493.067,71	3.277.230,95	3.577.651,24	300.420,29
Pess Jurídica(39)	480.000,00	478.328,95	270.291,14	271.962,19	1.671,05
Aux -alem (46)	33.218.164,00	31.838.163,35	18.598.768,23	19.978.768,86	1.380.000,65
Indenlz.(93)	4.650.000,00	3.171.033,48	1.751.853,53	3.230.820,05	1.478.966,52
Desp Var (16)	-	-	-	-	-
Aposentadona(1)	71.518.969,00	65.898.927,04	40.010.969,24	45.631.011,20	5.620.041,96
Obr.Patr.(13)	376.539,00	490.046,07	311.287,50	197.780,43	(113.507,07)
Restos a Pagar	350 000,00	350.000,00	-	-	-
Benef. As (08)	172.500,00	38.544,79	-	133.955,21	133.955,21
Sai -Fanl (09)	1.690,00	931,32	362,18	1.120,86	758,68
Aux-allnt.(46)	2.117.600,00	1.989.300,00	1.163.400,00	1.291.700,00	128 300,00
Des Ex.A, (92)	30.000,00	8.319,74	-	21.680,26	21.680,26
SOMA	462.373.288,00	438.027.364,55	267.777.875,90	292.123.799,35	24.345-923,45

OBS 1) Na projeção estão Incluídos 1 .45083%, até dezembro (2,5%, a.a.), sobre

2) As daspesas do Sisproject. excluido o PCS, não estão consideradas nas totalizações nem nas projeções e para sua implemenlação há somente 68.99% de dlsponiblldade orçamentária

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 058/07

Transforma, cria e extingue cargos do Quadro da Magistratura e dos Serviços Auxiliares do poder Judiciário Estadual.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa Decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Os cargos de Juiz de Direito distribuídos e por distribuir nas Comarcas de Joinville, Blumenau, Chapecó, Criciúma, Itajaí, Lages, São José, Palhoça, Balneário Camboriú, Jaraguá do Sul e Gaspar são elevados de entrância:

I - nas Comarcas de Joinville, Blumenau, Chapecó, Criciúma, Itajaí e Lages, de entrância final para entrância especial;

II - nas Comarcas de São José, Palhoça, Balneário Camboriú e Jaraguá do Sul, de entrância intermediária para entrância final;

III - na Comarca de Gaspar, de entrância inicial para entrância intermediária.

Parágrafo único. Aos atuais ocupantes dos cargos são garantidas a posição na carreira da magistratura e a permanência em sua atual lotação até futura movimentação funcional, respeitando-se, ainda, o direito de opção previsto no artigo 52, da Lei Complementar nº 367, de 7 de dezembro de 2006.

Art. 2º Ficam criados, no Quadro da Magistratura de Primeiro Grau:

I - 20 (vinte) cargos de Juiz Especial, na entrância especial;

II - 15 (quinze) cargos de Juiz Especial, na entrância final;

III - 10 (dez) cargos de Juiz Especial, na entrância intermediária;

IV - 5 (cinco) cargos de Juiz Especial, na entrância inicial.

Parágrafo único. Os novos cargos serão distribuídos e providos por ato do Tribunal de Justiça, com observância, quanto à definição da competência, do disposto no artigo 34 da Lei Complementar nº 339, de 8 de março de 2006.

Art. 3º Ficam extintos do Quadro da Magistratura Estadual, quando de sua vacância, 26 (vinte e seis) cargos de Juiz Substituto.

Art. 4º Ficam criados, no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, no Grupo Ocupacional "Direção e Assessoramento Intermediário", código PJ-DASI, 50 (cinqüenta) cargos de Assessor Judiciário, nível 1 (um), coeficiente de vencimento 2,3052.

Art. 5º As despesas necessárias à execução da presente Lei Complementar correrão à conta das dotações próprias do orçamento do Tribunal de Justiça.

Art. 6º Esta lei tem seus efeitos retroativos à data da publicação da Resolução nº 36/07 - TJ.

Art. 7º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis,

*** X X X ***

REQUERIMENTO

REQUERIMENTO Nº 30/07
REQUERIMENTO RQS/1107.4/2007

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Requer a criação do Fórum Permanente dos Transgênicos - Organismos Geneticamente Modificados com a finalidade de estudos, debates e discussões sobre a Lei nº 12.128 de 15 de janeiro de 2002 que dispõe sobre o plantio, cultivo pesquisa, indústria e comércio de organismos geneticamente modificados no Estado de Santa Catarina, cria o Conselho Técnico Catarinense de Biossegurança - CTCBio.

A Deputada Odete de Jesus que este subscreve juntamente com os outros Senhores Deputados subscritores do presente requerimento, com amparo no artigo 40 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa Legislativa, tendo em vista em dar prosseguimento a discussão e acompanhamento do tema, vez que de notório e relevante interesse do povo catarinense, especificamente a saúde pública, solicita **a aprovação em plenário da Criação do Fórum Permanente dos Transgênicos,**com objetivo de continuar debatendo e discutindo a matéria, assim sendo medida garantidora do espaço público para apreciação de assunto tão importante aos consumidores em nosso Estado tendo sempre em vista questão da saúde pública e a garantia de qualidade dos alimentos aos catarinenses.

Que desde janeiro de 2002 está em vigor a Lei Estadual nº 12.128 de 15 de janeiro que dispõe sobre o plantio, cultivo, pesquisa, indústria e comércio de organismos geneticamente modificados no Estado de Santa Catarina e cria o Conselho Técnico de Biossegurança - CTCBio.

Referida legislação estabeleceu um prazo de moratória de 5 anos onde nesse período ficou vedado o plantio e cultivo para fins industriais e comerciais de OGM´s e seus derivados que tenham como finalidade a alimentação humana e animal. Que até então a lei padece de execução no que tange a fiscalização, monitoramente e emissão de pereceres dos órgãos técnicos.

Que a Lei Estadual está sendo estuda com maior profundidade, portanto, urge a necessária continuidade da participação desta Casa Legislativa convocando os Deputados Estaduais, Secretarias de Estado e Técnicos da área da agricultura e da saúde do Estado de Santa Catarina e a sociedade em geral para um amplo processo de estudo, debates e discussão sobre o relevante tema.

O acompanhamento da sociedade servirá para o aprimoramento da lei e sua fiscalização, para ouvida de novas propostas com objetivo de comteplar as garantias alimentares e as melhores condições para a saúde dos catarinenses.

Trata-se indubitavelmente de matéria de relevância social, de grande interesse para o povo catarinense e que por sua natureza e complexidade merece apurada reflexão e estudo em todos os seus aspectos.

Por tudo acima exposto, justificando plenamente a seqüência dos trabalhos anteriormente iniciados, requer deferimento e aprovação da criação do Fórum Permanente em exame.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 2007
Deputada Odete de Jesus
Partido Republicano Brasileiro - PRB/SC
Deputado Décio Góes
Deputado Dirceu Dresch
Deputado Pedro Baldissera
Deputado Pedro Uczai
Deputado joares Ponticelli

APROVADO EM SESSÃO
de 16/10/2007

*** X X X ***